

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

RECTA FINAL

As eleições directas para Presidente da Comissão Política Nacional e o Congresso electivo e de discussão de estratégia global já marcados para Setembro próximo, marcam definitivamente a recta final, num longo caminho de Oposição ao actual Governo, para a mudança em 2009.

Daqui até 2009 o PSD fica definido, em termos de liderança, estratégia e responsabilidade.

O país fica ciente do que somos, quem somos e o que queremos para Portugal. Fica claro como queremos e o que nos diferencia do PS de Sócrates.

Ficam a faltar apenas os últimos dois anos para mostrar ao país que somos capazes de fazer mais, melhor e diferente do Governo PS.

É um novo ciclo, um último ciclo, neste caminhar na Oposição para retomar o poder.

Com a agravante de 2009 ser um ano pleno de eleições! Não são apenas as legislativas, mas também as autárquicas e o Parlamento Europeu. Apenas as regionais para os Açores são já em 2008 e o Presidente da República apenas em 2011.

Três eleições portanto, quase simultâneas no tempo, se não forem mesmo convocadas para a mesma altura, com excepção do Parlamento Europeu que tem calendários próprios e comuns a todos os Estados membros.

Estas eleições directas no PSD de Setembro próximo são por isso essenciais!

Quem entender que tem um projecto próprio e diferente para o PSD e para o país, não baseado apenas em questões pessoais, deve avançar com uma candidatura, ou então, como se costuma dizer em outras ocasiões, se cale, pelo menos até fins de 2009.

Quem entender não avançar com uma candidatura agora tem também de retirar todas as consequências necessárias, em termos de democracia. A consequência é que aceita a liderança do vencedor nas directas e aceita a sua estratégia, pelo menos até finais de 2009.

Não são já admissíveis reservas mentais, não avançando aberta e democraticamente para a escolha dos Militantes, mas mantendo em permanência uma crítica aos órgãos eleitos... Já não é aceitável rejeitar a democracia em acção, e pretender ter direito à crítica! O momento é este!

Já anunciaram a sua candidatura dois militantes: Marques Mendes e Filipe Menezes. Podendo ainda outros vir a fazê-lo até perto das eleições.

Estão por isso, para já, dois modelos diversos de liderança e de estratégia em escrutínio, de dois grandes militantes do PSD, com enormes provas dadas de competência e de coragem, na liderança e no combate ao PS, em cargos de grande responsabilidade.

Os dois modelos propostos são diferentes, mas espera-se que o PSD saiba, como no passado, escolher o melhor para o país, nesta recta final para 2009!

Marques Mendes e o Estado da Nação

Pela primeira vez, com a Europa em fase de crescimento, Portugal cresce abaixo da média!



Destaques:

Portugal é o País da União Europeia com menor justiça social!

Em "Actividades do Presidente", pag. 2 e seguintes

Directas a 28 de Setembro, Congresso Extraordinário entre 12 e 14 de Outubro,

Em "Actividades do PSD"

Incúria e crise no relacionamento do Governo com as Comunidades Portuguesas no estrangeiro

Em "Emigração"

Intervenção no Debate sobre o Estado da Nação

No dia 20 realizou-se no Parlamento o Debate sobre o estado da Nação, que tradicionalmente marca o fim do ano legislativo, antes das férias parlamentares.

A intervenção de fundo do nosso Presidente, foi do seguinte teor:

Senhor Presidente, Senhor Primeiro-Ministro, Senhores Membros do Governo, Senhoras e Senhores Deputados, há três factos que são a imagem de marca da acção governativa ao longo deste ano:

Primeiro: a degradação da qualidade da nossa democracia;

Segundo: o afastamento da nossa economia em relação à Europa;

Terceiro: o agravamento das desigualdades sociais em Portugal.

A qualidade da democracia degrada-se quando um governo falha reiteradamente ao cumprimento das suas promessas eleitorais.

A qualidade da democracia degrada-se quando um governo asfixia o Poder Local, pratica uma política centralista e trata os autarcas com sobrançeria e desprezo, tentando minar o seu estatuto, o seu prestígio e a sua legitimidade democrática.

A qualidade da democracia degrada-se quando um governo menoriza as Regiões Autónomas, afronta a autonomia regional, confunde sentido de Estado com desígnios partidários e não é capaz de estabelecer com os órgãos do governo próprio das regiões autónomas o relacionamento institucional que a Constituição, a democracia e o interesse nacional reclamam.

A qualidade da democracia degrada-se quando um governo fomenta, patrocina e apadrinha um clima de intimidação e de intolerância, de perseguição e delação dentro do Estado e no seio da Administração Pública.

Estes são sintomas graves do estado em que a Nação se encontra.



É claro aos olhos dos portugueses que se acentua a confusão entre o Governo e o Estado, como se o Estado fosse uma coutada do Governo.

Quando o Governo pensa ou admite o “Estado é meu” ou, pior ainda, o “Estado sou eu”, está a resvalar-se para o absolutismo. Absolutismo asfixiante da Nação e asfixiante das instituições e forças vivas da sociedade civil.

Quando assim acontece, o Governo esquece, ou não tem presente, o verdadeiro papel que lhe cabe: o papel de mediador, e mediador principal entre a Nação e o Estado.

Este é o papel do Governo, de qualquer Governo, mesmo de Governo emanado de uma maioria absoluta. Ter maioria absoluta não é

ser poder absoluto. Ter maioria absoluta não é ser o poder absoluto.

Multiplacam-se os exemplos desta tentação absolutista do Governo socialista.

São os casos de intimidação e perseguição política a servidores do Estado; são as situações de saneamento político porque o Governo não sabe conviver com a crítica, não gosta do protesto e não tolera a discordância de opinião; é o anonimato em que se refugiam os empresários com receios de represálias do Governo; é a atmosfera que se gera de que quem não é próximo do chefe ou do partido do chefe vai ter problemas; chega-se mesmo ao ponto de uma governante explicar ao País onde se pode ou não pode criticar o Governo.

E se o PM não concorda com isto tem uma boa solução - demarca-se dos casos conhecidos, desautoriza os seus responsáveis e demite quem actua com prepotência e intolerância.

Mas não. Em nenhum caso conhecido o PM agiu. Nem sequer no caso escandaloso da DREN o PM teve a coragem de agir. Quem cala consente. E o PM consente neste clima intimidatório que vai na função pública.

Pior. Muitos directores por esse País fora só actuam como actuam porque sabem que têm as costas quentes, porque sabem que o Governo os protege e protege os seus actos.

Esta é que é a verdade. E isto já não é uma guerra de boys. Não. É um

clima de intolerância e de intimidação que o Governo fomenta e patrocina.

Não chega falar de liberdade. O importante mesmo é praticá-la. Não chega invocar o passado do PS na luta pela liberdade. É preciso é ser coerente no presente com o exemplo dos Socialistas que no passado defenderam a liberdade.

E não vale a pena invocar a chamada reforma do Parlamento. Fraco argumento para contrariar tão grave denúncia.

A grande questão política da chamada reforma do Parlamento é esta: gostava que me explicassem como é que a maioria fez há 1 ano uma lei a dar ao líder do principal partido da oposição um estatuto diferente dos restantes líderes partidários no protocolo de Estado e depois lhe retira o direito de ser o primeiro a interpelar o PM em debates no Parlamento?

Isto não é apenas incoerência. Isto é mesquinhez.

A mesma mesquinhez que leva um PM que tem de presidir ao Governo e presidir ao Conselho Europeu, num debate importante como o Estado da Nação, a tecer considerações sobre a vida interna de um partido ou sobre as eleições autárquicas de domingo.

É assim que se quebra o “verniz”. É assim que se exhibe a arrogância. É assim que se perde o sentido de Estado.

Pela primeira vez, com a Europa em fase de crescimento, Portugal cresce abaixo da média!



Senhor Presidente, Senhores Deputados, tudo isto sucede porque escasseiam os resultados da governação. É o que sucede com a economia.

Em 2006, o crescimento económico português foi o pior de entre os 27 países da União Europeia. Em 2007, vamos pelo mesmo caminho. E, em 2008, com alguma sorte talvez consigamos passar de últimos a penúltimos.

Perante este cenário, é de fraco consolo que o crescimento económico em 2006, de 1.3%, tenha sido melhor do que o de 2005.

Porque a verdade é que a Europa está a crescer acima de 3%, e a Espanha ainda mais que a Europa.

Pela primeira vez, na nossa história recente, quando a Europa está numa fase de crescimento, o nosso País não cresce acima da média europeia. Porque a Europa já não está em crise. A Europa já está em fase de claro crescimento económico. Esta é a diferença essencial em relação ao passado recente.

Isto deve-se, sobretudo, ao facto de o investimento estar em queda há 9 trimestres consecutivos, isto é, desde que o governo iniciou funções.

Só as exportações têm sustentado o reduzido e insuficiente crescimento que vamos registando, puxadas pela retoma da economia europeia, mas sem ganhos de quota de mercado, que isso sim, é que seria positivo.

Mesmo assim, o défice externo agravou-se no último ano para 8.7% do PIB.

Este é o reflexo do galopante endividamento das famílias e das empresas portuguesas. O endividamento é de tal monta que fez com que, nos dois últimos anos, os rendimentos gerados no país, mas que são financiados por estrangeiros, tivessem subido em flecha.

A riqueza gerada no País vai cada vez mais para fora, está cada vez mais em mãos estrangeiras, e a parcela que fica em mãos nacionais é cada vez menor.

Este estado de coisas não serve o País. Já fomos ultrapassados pela República Checa em 2005 e por Malta no ano passado – e prevê-se que no próximo ano sejamos deixados para trás pela Estónia.

Desde que o Governo tomou posse, em cada trimestre, Portugal tem crescido 1.6 pontos percentuais abaixo da média europeia.

Ou seja, estamos cada vez mais longe e mais afastados da Europa. Esta não é uma questão estatística. É uma questão que tem a ver com o dia a dia da vida de cada Português.

Desde logo no que diz respeito ao nível de vida. O nosso rendimento médio, que em 2004 era de 75.1% da média da União Europeia, desceu



para 74.5% em 2005 e para 73.2% em 2006, prevendo-se que atinja 72.2% em 2007. Ao todo, uma queda de 3.9% no nível de vida dos portugueses.

Ou seja, os Portugueses têm hoje menos dinheiro para consumir, para poupar e para investir.

O nível de vida de cada Português está cada vez mais distante do nível de vida dos Europeus.

Já fomos ultrapassados pela

desempregados.

Vale a pena recordar aqui o que o actual Primeiro-Ministro defendia, em Fevereiro de 2005: que “uma taxa de desemprego de 7.1% é bem a marca de uma Governação falhada”. Pelas contas do Senhor Primeiro-Ministro, 8.4% será a marca de uma governação rotundamente fracassada.

É isto mesmo o que sentem vários milhares de famílias portuguesas.

Por detrás de cada número está

Socialista prefere apostar em investimentos megalómanos e deslumbrar-se com meia dúzia de grandes empresas; o PSD, ao contrário, se fosse Governo, daria prioridade a uma política totalmente virada para as Pequenas e Médias Empresas, as que representam mais de 99% do tecido produtivo nacional. São as PME que criam riqueza, que exportam, que geram postos de trabalho. É esta a nossa aposta estratégica;

Em segundo lugar: O Governo pratica uma política de permanente aumento de impostos. Uma política que penaliza a classe média e asfixia as empresas. O PSD, ao contrário, se fosse Governo, daria prioridade a uma política de competitividade fiscal. Baixando os impostos, a começar pelo IVA e pelo IRC, como estão a fazer vários outros países da Europa, para fomentar o investimento e a criação de riqueza, estimulando a classe média, incentivando os sectores mais dinâmicos da sociedade, apoiando as empresas na competição global em que estão mergulhadas;

Em terceiro lugar: Este Governo quer combater o défice pela via do



República Checa em 2005 e por Malta no ano passado – e prevê-se que no próximo ano sejamos deixados para trás pela Estónia. Estaremos, nessa altura, em vigésimo lugar no que diz respeito ao nível de vida na Europa. Estamos todos os anos a baixar de divisão. Uma situação confrangedora e nunca vista.

A mais nefasta consequência da situação económica que o país enfrenta é o aumento do desemprego. No primeiro trimestre de 2007 foi atingida uma taxa de desemprego de 8.4% o que corresponde a 470 mil

uma pessoa que não tem emprego, está uma família ameaçada pelo desemprego, está um jovem que não consegue um posto de trabalho, está um licenciado desencantado e desiludido porque não consegue uma colocação profissional.

Vamos ser claros: o Governo tem uma enorme responsabilidade neste estado de coisas.

Porque tem seguido políticas erradas. Porque não tem feito as opções correctas.

Três exemplos concretos:

Em primeiro lugar: O Governo

corde no investimento público e pelo aumento da carga fiscal. O PSD, ao contrário, se fosse Governo, daria prioridade a uma política de redução gradual das funções do Estado, transferindo para a iniciativa privada e social serviços, actividades e funções que não devem estar no Estado. Não somos por um Estado mínimo, mas queremos um Estado mais pequeno, mais eficiente e menos gastador.

Com estes três exemplos, deixo bem vinculada esta ideia: é possível e é desejável a existência de uma outra

estratégia económica para Portugal, em alternativa ao caminho errado escolhido pelo Governo.

Uma estratégia diferente, que dá mais espaço à sociedade e coloca rédea curta na intervenção do Estado.

Uma estratégia diferente, que aposta mais nas empresas, nos investidores e nos empresários e menos na filosofia dirigista e interventora do Estado.

Uma estratégia diferente, que tem uma filosofia política alternativa: queremos ser mais liberais na economia, para que possamos ser mais ambiciosos no domínio da justiça e da solidariedade social.

Portugal é o País da União Europeia com menor justiça social

Segundo o último relatório da Comissão Europeia sobre protecção e exclusão social, Portugal é o País da União Europeia com menor justiça social.

As crianças e os idosos continuam a ser os mais atingidos e os que correm maiores riscos (28% em Portugal contra a média de 19% da União Europeia).

Cerca de 20% dos Portugueses vive no limiar da pobreza.

Em Dezembro de 2006 eram mais de 260 mil os beneficiários do Rendimento Social de Inserção. Em Julho de 2007, contabilizam-se mais 30 mil abrangidos pelo RSI.

Isto significa que a pobreza aumenta e a exclusão social agrava-se. Tudo pela mão de um Governo que se diz de consciência social.

Outra bandeira eleitoral do Partido Socialista foi o Complemento Solidário para Idosos. Com essa causa ganhou provavelmente muitos votos.

A verdade é que mais de dois anos depois a expectativa virou desilusão.



Segundo o Governo, seriam abrangidos 300 mil idosos carenciados. Em 2006, foram apenas 20 mil.

Em 2007, anunciou-se a antecipação da aplicação do Complemento aos idosos com 70 e mais anos de idade. Agora, escondem-se os números e os resultados, para não se conhecer a realidade.

Só que por detrás desta realidade está o sofrimento de milhares de pessoas, abandonadas pela visão tecnocrática e insensível do governo.

Todos os dias, o Governo impõe mais sacrifícios. Há sempre razões e pretextos para exigir mais sacrifícios. O que as famílias não vêem é a contrapartida social dos sacrifícios que fazem.

A política de saúde é a face mais

desumana desta postura do Governo.

Uma política que se estrutura em torno de dois vectores: reduzir custos e limitar o acesso a cuidados básicos.

Criam-se novas taxas moderadoras no internamento e nas cirurgias em ambulatório. Um qualquer cidadão parte uma perna, é internado numa unidade hospitalar e sujeito a uma cirurgia. Paga, em consequência, as taxas moderadoras correspondentes.

Sem surpresa, o Observatório Português dos Sistemas de Saúde, no seu Relatório da Primavera, deste mês, considerou estas taxas "socialmente injustas".

Mas, mais: este é o governo que, sem critérios e sem regras, avança unilateralmente para sucessivos encerramentos de serviços de saúde.

Fecham-se urgências a ceto, sem

critério, sem lógica e sem ponderação social.

Fecham-se urgências sem cuidar da criação de alternativas eficazes.

Fecha-se em Portugal para que os Portugueses passem a ir a Espanha!

Os resultados perversos começam a ser sentidos. A iniciativa privada na saúde avança, e bem; a degradação da política pública de saúde degrada-se, e mal.

Esta não é uma consequência retórica. Não. Por detrás destas conclusões, estão pessoas - em especial no interior do País - para quem a Saúde está mais cara, mais distante e mais difícil.

São os mais afortunados? Não, são sempre os mais pobres, os mais carenciados e os mais vulneráveis. Aqueles que não têm recursos nem possibilidades para aceder a um hospital privado, em Portugal ou no estrangeiro.

Tudo, pela mão de um governo socialista.

Não se pode gerir um sistema de saúde como se gere uma rede de serviços de cultura ou de lazer. Ambas são necessárias. Mas a diferença de uma falha, num ou noutro, é a diferença entre a vida e a morte.

Nada disto é exagero. Tudo isto é sensibilidade e justiça social. Tudo o que faz falta ao actual Governo.

Os portugueses têm hoje, um Governo sem aura nem alma para dar a volta a um sofrido estado da Nação

E que dizer da Educação, a área privilegiada à garantia do princípio da igualdade de oportunidades?

No início do mandato - importa reconhecer - foram grandes as expectativas. Eu próprio reconheci publicamente o acerto de muitos aspectos da política de educação do Governo.

Dois anos volvidos, é a desilusão





instalada.

Não houve coragem para mudar o regime de gestão das escolas;

Não houve coragem para recriar o ensino profissional;

Não houve coragem para uma reforma a sério no sistema de governo das Universidades. Em vez de reformar fez-se um remendo. Em vez da liberdade de cada Universidade se organizar, em obediência ao princípio da diversidade, consagrou-se o dirigismo como regra e a unicidade de gestão como critério;

A liberdade de escolha em matéria de ensino é cada vez mais uma miragem;

O escândalo de setenta por cento de negativas a Matemática no 9º ano consumou-se. Depois de 3 milhões de euros investidos este ano num plano para esta disciplina o qual envolveu mil escolas. Apesar disto, tivemos os piores resultados de sempre;

E até assistimos agora, pelo segundo ano consecutivo, aos erros e às trapalhadas em matéria de exames. Há um ano, as repetições de exames, a Física e a Química, tiveram a severa condenação dos Tribunais. Um ano depois, os erros nos exames sucedem-se. Tudo em prejuízo dos alunos. Tudo, sem que o governo assumisse as suas responsabilidades. Tudo, sem que, ao menos, houvesse um pedido de desculpas, aos estudantes e às suas famílias.

É a arrogância no seu pior.

É certo que o PM avança com 2 medidas de apoio à natalidade. Este é um problema sério e as medidas são bem vindas.

Elas são um sinal positivo, mas estão longe de ser a resposta minimamente adequada à dimensão deste grave problema estrutural.

Mais. São um sinal positivo, mas representam também um sinal contraditório.

Um Governo que fecha maternidades, em especial no interior do País e um Governo que penaliza com mais impostos as famílias, em especial os jovens casais, não apreço ser um Governo verdadeiramente empenhado no fomento da natalidade em Portugal.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, este Governo tem tido condições excepcionais para governar. Um mandato longo. Uma maioria absoluta. Uma cooperação activa do Presidente da República. Uma conjuntura internacional bem favorável. Uma opinião pública aberta a reformas e mudanças.

Parece que temos 2 Países: o País de que o PM fala e o País onde os Portugueses vivem. O PM só vê coisas boas. Os Portugueses sentem problemas e dificuldades.

Há 2 anos eram muitos os que elogiavam o espírito reformador do Governo. Dois anos depois já quase só o Governo se elogia a si próprio.

Há 2 anos a expectativa era grande. Hoje, a desilusão começa a ser maior.

Há 2 anos o Governo prometia grandes mudanças. Hoje os resultados não aparecem e os portugueses descrêem em cada vez maior número.

Há dois anos, o Governo exibia uma aura de competência e capacidade de acção.

Os portugueses têm hoje, um Governo sem aura nem alma para dar a volta a um sofrido estado da Nação.

Esta é a verdade. A verdade que desmente a propaganda oficial. A verdade que os Portugueses sentem. A verdade que não augura o melhor para Portugal e para os Portugueses.

Por isso aqui estamos. A dar voz a quem precisa de ter voz. Em nome de Portugal. A favor dos Portugueses.

– Fonte: Gab. Imp. GP/PSD – Fotos Luís Saraiva

Em entrevista à “SIC Notícias”

Marques Mendes critica guerrilha interna sistemática, permanente e organizada e apela a «pluralismo com sentido de responsabilidade»

O presidente do PSD, Luís Marques Mendes, falou criticamente do clima de “guerrilha interna sistemática, permanente e organizada”, desde que assumiu a liderança do partido, e apelou a um pluralismo de opiniões “com sentido de responsabilidade”.

Em entrevista à Edição da Noite, da SIC Notícias, o líder social-democrata salientou que “o partido tem tradição de um grande pluralismo interno. Mas uma coisa é pluralismo, outra é a guerrilha, isso não é positivo”.

“O candidato que não ganhou em Pombal quase não me deu um momento de folga”, criticou.

“O que é mau é que eu diga preto e haja sistematicamente quem diga branco só com o objectivo de fazer guerrilha de forma permanente e organizada” e estar contra o líder do partido, reforçou Marques Mendes.

Sobre o actual momento de crise que atravessa o PSD, considerou que se trata de um “processo normal em qualquer partido” e que “é o momento de antecipar eleições”.

“Teria sempre de haver eleições directas. É positivo fazer a antecipação”, frisou, destacando que se trata também de preparar o partido para o “grande desafio” de vencer as próximas legislativas, em 2009.

O dirigente social-democrata afirmou que a sua grande preocupação “é unir o partido para ter um estatuto de credibilidade para ganhar eleições”.

“Este é um bom momento para reflectir e chegar a 2009 e ganhar as eleições”.

Marques Mendes comentou que as discussões internas “não são ideológicas”, tratando-se por isso de “uma luta de lugares” e salientou que os principais beneficiários do “clima de guerrilha” são “o Governo, o PS e o engenheiro Sócrates”, apelando a um pluralismo de opinião “razoável e com sentido de responsabilidade”.

O presidente do PSD disse que espera confrontar-se com candidatos adversários nas próximas eleições directas à liderança do partido, desde que a preocupação seja “unir e não desunir”.

Confrontando com as exigências de Luís Filipe Menezes de uma comissão eleitoral independente para fiscalizar a legalidade das directas, Marques Mendes respondeu que “a legalidade e a transparência estão garantidas pelos estatutos do partido”.

“Os estatutos foram aprovados por 80 por cento dos congressistas. São essas regras que vão vigorar, tal como vigoraram nas directas de há um ano e meio atrás. Estas regras já foram aplicadas uma vez, vão ser aplicadas agora”, disse o líder do PSD, advertindo que as regras não podem ser mudadas conforme as conveniências.

Quanto à queda da Câmara de Lisboa, o líder social-democrata assumiu que tomou uma das decisões mais difíceis da sua vida mas frisou que enquanto mantiver as mesmas funções fará “o que tem de ser feito e não o que der mais jeito”, tal como aconteceu com os autarcas de Oeiras e Gondomar, a quem o PSD retirou o apoio político nas eleições autárquicas de 2005.

“Manifestamente, havia uma situação de paralisia e ingovernabilidade”, declarou a propósito da Câmara de Lisboa.

Marques Mendes não quis extrapolar os maus resultados das eleições intercalares do passado domingo em Lisboa para umas futuras eleições legislativas.

“Se tivermos propostas reformadoras, é minha convicção que em 2009 ganhamos as eleições”, vincoou.

O dirigente social-democrata salientou o papel que o PSD tem desempenhado na oposição e o seu contributo com propostas alternativas em áreas como a Segurança Social ou a Educação, perante um Governo “fortemente controlador, que faz retaliações, que tem tiques autoritários” e manifestou preocupação com a situação social e económica do País.

“Basta andar na rua para se perceber que o clima de descontentamento é muito grande”, frisou.

– Fonte: Lusa

O Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior vai ser uma “manta de retalhos” e só o PS a aprova e a vota contra todos

O PSD considerou hoje que o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) vai ser uma “manta de retalhos”, tendo em conta as 74 propostas de alteração apresentadas pelo PS ao projecto-lei do Governo.

A Parlamentar de Educação votou na especialidade, um a um, os 184 artigos do diploma do Governo, as 238 propostas de alteração apresentadas pelos partidos, bem como os 40 artigos da proposta de lei do PSD sobre esta matéria.

“O facto de o PS apresentar 74 propostas de alteração é a prova de que a proposta do Governo estava mal preparada e que foi elaborada de forma atabalhoada. Com estes remendos todos, o RJIES vai ser uma manta de retalhos e não uma verdadeira reforma do Ensino Superior”, criticou o deputado do PSD Pedro Duarte.

O deputado social-democrata falava à Agência Lusa no intervalo da manhã dos trabalhos da comissão, onde a maioria socialista rejeitou, um a um, os 40 artigos da proposta do PSD sobre autonomia e gestão das instituições do ensino superior, que defendia, entre outros, a liberdade de cada instituto escolher o modelo de gestão e a composição dos seus órgãos.

“Dada a atitude do Governo e do PS já seria de esperar, tendo em conta uma visão sectária que fecha a porta a qualquer consenso ou esforço para a inclusão de outras propostas”, lamentou Pedro Duarte.

Até às 13:00 a Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República já tinha realizado mais de 130 votações, estando neste momento os trabalhos no artigo 30 do projecto-lei do Governo.

Durante toda a manhã, a maioria socialista rejeitou todas as propostas de alteração apresentadas pelos restantes partidos e aprovou as suas, bem como os artigos do projecto-lei do Governo para os quais não propôs modificações.

Ao longo desta “maratona”, em alguns casos, os artigos foram votados alínea a alínea e foi dada a palavra aos deputados, o que poderá adiar a conclusão da votação na especialidade para quarta-feira.

Segundo o calendário estabelecido pela Comissão, o RJIES deveria ficar aprovado hoje na especialidade para que a sua votação final global possa ocorrer na próxima quinta-feira no plenário da Assembleia da República.

Entre as alterações propostas pelo



PS encontra-se a possibilidade de também os politécnicos se constituírem em fundações públicas de direito privado e o alargamento do número de membros do Conselho Geral para entre 15 e 35, quando a proposta do Executivo previa entre 15 e 25.

A eleição do reitor por voto secreto dos membros daquele órgão, em vez da sua designação, e a possibilidade destes cumprirem os seus mandatos até ao fim é outra das alterações substanciais propostas pelos socialistas.

– Lusa, PL

PSD pede adiamento da votação do novo Regimento da Assembleia da República

O PSD pediu o adiamento para quarta-feira das votações do novo Regimento da Assembleia da República, prometendo apresentar propostas novas, e recusou explicar porque é que não as apresentou antes.

O projecto comum de Regimento e os outros diplomas da reforma do Parlamento resultaram de dois meses de negociação num grupo de trabalho com deputados de todos os partidos, que teve a última reunião na sexta-feira passada.

Existe um consenso sobre a esmagadora maioria das novas regras.

Questionado pelos jornalistas sobre porque são necessárias mais 24 horas e o que impediu o PSD de apresentar nos últimos dois meses as propostas que hoje anunciou que apresentará, o social-democrata José Matos Correia respondeu: “Não vou dizer porque, não vou explicar”.

José Matos Correia apenas adiantou que as propostas são relativas aos dois artigos do Regimento de que o PSD discorda e que merecem o acordo dos restantes partidos.

O PSD, o único partido que não apresentou um projecto de Regimento, contesta a mudança do dia das votações de quinta para sexta-feira e quer abrir sempre o debate com o



primeiro-ministro iniciado pelo Parlamento, recusando que a primeira intervenção rode por todos os grupos parlamentares.

As votações em comissão dos artigos sobre os quais há divergências estavam marcadas para hoje, para que os novos diplomas sejam votados em plenário na quinta-feira e entrem em vigor na próxima sessão legislativa, em Setembro.

Contudo, no início da reunião da Comissão de Assuntos Constitucionais, o PSD requereu que as votações fossem adiadas para quarta-feira, prometendo apresentar propostas alternativas.

Com “Os Verdes” ausentes, PS,

PCP, CDS-PP e BE aceitaram o pedido, embora declarando-se em condições de votar hoje.

O socialista António José Seguro, que coordenou o grupo de trabalho e o processo de reforma do Parlamento dentro do PS, frisou que “seria muito negativo” que a reforma deixasse de entrar em vigor em Setembro por uma questão de horas.

“Não é um adiamento por causa de um interesse particular do PSD, é por causa do interesse colectivo”, alegou o social-democrata Luís Montenegro, acrescentando que o objectivo do partido é que a reforma do Parlamento tenha “um apoio o mais abrangente possível”.



momento importante de reflexão, de virar o partido para fora. Muito importante, porque fui eu que criei as directas no partido. Até à minha liderança, os militantes não podiam votar na escolha do líder. Algumas pessoas não se lembram disso», acrescentou.

Marques Mendes realçou ainda a importância das próximas “directas”, as últimas antes de 2009, uma vez que o líder que for eleito será o próximo candidato a primeiro-ministro do PSD.

“Por isso é uma grande responsabilidade e uma grande motivação, porque é a grande oportunidade para clarificarmos o que houver a clarificar e de falarmos para fora, para o país e para os portugueses. Só assim é que o partido é útil”, afirmou.

– Fonte: Lusa, fotos Luís Saraiva

Notícias do Conselho Nacional

As eleições directas para a liderança do PSD realizam-se a 28 de Setembro e o congresso extraordinário dos sociais-democratas entre 12 e 14 de Outubro, decidiu hoje o Conselho Nacional do partido.

O prazo para a apresentação de candidaturas às “directas” do PSD termina a 21 de Setembro, decidiram ainda os conselheiros sociais-democratas, reunidos em Lisboa.

Entretanto, o líder do PSD que gostaria de ver mais candidatos à liderança dos sociais-democratas face à ausência de concorrentes à presidência do partido. Marques Mendes que falava aos jornalistas no final de uma reunião do Conselho Nacional do PSD explicou essa vontade para evitar “o contínuo clima de guerrilha e de ruído que existe no partido”.

Mostrando-se satisfeito com o resultado da reunião, Marques Mendes realçou que o encontro de hoje permitiu definir as datas das eleições directas para a liderança do PSD de 28 de Setembro e do XXX Congresso de 12 a 14 de Outubro com carácter extraordinário.

Marques Mendes afirmou que “Se for o único candidato à liderança, significa que foi porque os outros não quiseram ou acharam que não tinham condições ou que não tinham ideias diferentes. Mas vamos ver. As eleições não são menos democráticas se só houver um candidato”, afirmou Marques Mendes.

“Ganhei o congresso com opositores. Depois, ganhei umas directas em que ninguém foi a jogo, e agora vamos ver. O meu desejo é que houvesse outros candidatos. Sobretudo se há pessoas que têm ideias diferentes, que acham que podem fazer diferente. Pois bem, devem agora chegar-se à frente, sem

medo”, acrescentou o líder social-democrata.

No entender de Marques Mendes, “seria positivo” haver mais candidatos, pois haveria “mais debate” e dava a oportunidade de os militantes do partido decidirem, confrontando projectos.

“Mas - avisou - a partir daí, acho que as pessoas têm de compreender que quem ganhar tem de afirmar a sua linha política para unir o partido. O que não é compreensível é que se mantenha um clima de guerrilha ou de ruído interno”.

“Isso nenhum militante do partido compreende. Que uma pessoa não vá a votos, não exponha as suas ideias e depois fique por trás, a fazer ruído ou guerrilha interna”, frisou o líder do PSD.

Quanto à actualização das quotas dos militantes, lembrou que “O partido tem regras e esta não foi criada por mim, mas sim em 1997, pelo então líder Marcelo Rebelo de Sousa”, o que aliás seria confirmado pelo próprio Marcello, no seu programa de Domingo à noite, na RTP 1.

Nesse sentido, lembrou que, na reunião de hoje, apresentou uma proposta para que os militantes com quotas em atraso possam regularizar a sua situação até 21 de Setembro, uma semana antes das “directas”.

Por isso, insistiu, os militantes em falta, a partir de segunda-feira, irão ser notificados para regularizarem a situação, tendo cerca de 50 dias para o fazer.

“Fui eleito em Pombal com as regras que outros definiram. As regras hoje aprovadas são exactamente iguais às do ano passado”, reiterou o líder do PSD.

«Saio satisfeito. Foi concretizado o objectivo que eu desejava, que era o das eleições directas. Era um

Paula Teixeira da Cruz não se demitirá da Presidência da Assembleia Municipal de Lisboa

A presidente da Assembleia Municipal de Lisboa (AML), Paula Teixeira da Cruz, afastou a hipótese de se demitir daquele órgão, como consequência da derrota eleitoral do PSD nas intercalares para a Câmara Municipal, alegando que este é um cargo institucional.

Hoje, à margem da reunião extraordinária da AML, o deputado municipal social-democrata Henrique de Freitas afirmou que Paula Teixeira da Cruz, também presidente da distrital do PSD de Lisboa “não tem condições para permanecer na presidência” deste órgão municipal.

Questionada pelos jornalistas, Teixeira da Cruz negou que hoje seja a última vez que preside aos trabalhos da AML.

“A legitimidade política discute-se nos locais políticos, na distrital. Aqui não, o lugar é institucional”, argumentou a autarca.

Hoje à noite, pelas 21:30, decorre uma reunião da Comissão Política da distrital de Lisboa do PSD, em que Paula Teixeira da Cruz poderá anunciar se se demite da presidência daquela estrutura na sequência da derrota eleitoral nas eleições intercalares de domingo.

Confrontada com as declarações de Henrique de Freitas, Paula Teixeira da Cruz respondeu que provém dos “mesmos elementos que quando a Câmara Municipal tinha condições para se manter, pediam a sua queda e que fizeram campanha em candidaturas adversárias”.

“Não vamos importar a instabilidade para a Assembleia Municipal”, disse. Segundo a autarca, o facto de a AML se reunir hoje para aprovar uma alteração orçamental “é a prova de que deveria manter-se como garante da estabilidade”, não indo a votos como o que sucedeu com a Câmara Municipal, na sequência da queda do executivo a 11 de Maio, após o então presidente, Carmona Rodrigues, ter sido constituído arguido no caso Bragaparques.

Apesar dos resultados eleitorais que colocaram o cabeça-de-lista do PSD, Fernando Negrão, em terceiro lugar, Paula Teixeira da Cruz reiterou que “os eleitores não confundem” a Assembleia Municipal com a Câmara.

Questionada sobre o relacionamento que terá com o futuro executivo camarário, liderado por António Costa (PS), sem maioria absoluta, a presidente da AML, onde os sociais-democratas estão em maioria absoluta, afirmou que terá “o mesmo rigor e a mesma exigência” com que trabalhou nos últimos dois anos com o anterior executivo, então presidido por Carmona Rodrigues, na altura eleito como independente pelo PSD.

Não venda, ofereça!

Ricardo Rio (*)

Se costuma efectuar juízos precipitados, poderá estar já a questionar-se se os parques dias de calor de Verão da última semana já me terão diminuído a lucidez e se, por conseguinte, valerá a pena acompanhar este devaneio até ao final.

Presumo, então, que se lhe disser que o motivo que me levou a escrever sobre este tema foi a comparação entre o número de espectadores de dois dos últimos concertos que Tony Carreira realizou na cidade de Braga só conseguirei aumentar a perplexidade do leitor desta coluna.

A questão surgiu no âmbito de uma discussão sobre a resistência de adesão dos Bracarense a qualquer evento pago, fosse ele de natureza cultural, desportiva ou outra, e por mais baixo que fosse o preço aplicado à iniciativa em questão.

A este propósito, evocou-se o confronto do número de pessoas que assistiram aos referidos concertos do popular artista nacional, realizados num mesmo local, com o intervalo de quase dois anos, em que cerca de 30.000 pessoas participaram

no espectáculo gratuito enquanto que menos de metade de tal cifra aderiu ao concerto com preços simbólicos.

É óbvio que são vários os factores que impedem que esta seja uma comparação linear e justa, sustentada naquilo que os economistas gostam de designar como a condição “ceteris paribus”. Afinal, a verdade é que nem todos os demais factores que condicionaram o número de espectadores destes eventos se mantiveram constantes (desde logo, porque o evento gratuito foi o primeiro de vários concertos realizados pelo cantor em zonas próximas de Braga ao longo dos últimos dois anos).

Para lá do caso concreto, a questão poderá seguramente colocar-se em relação a outras iniciativas e seguramente também fora do contexto local. Será que, neste tipo de bens/serviços, a elasticidade-preço da procura (a forma como a quantidade procurada reage a variações de preço) é efectivamente tão elevada mesmo quando os preços se aproximam significativamente de zero?

Do ponto de vista económico, poder-se-á pensar que a questão subjacente a tal discussão é puramente académica, uma vez que não parece minimamente razoável que qualquer entidade com fins lucrativos pudesse sequer considerar a “alienação” gratuita do seu bem ou serviço, podendo também questionar-se a sua capacidade de abastecer um mercado potencialmente ilimitado...

Começando por este segundo aspecto, regra geral, o risco de que a empresa se deparasse com um mercado “infinito” é relativamente reduzido tendo em conta que, para lá do factor preço, existem outras variáveis que condicionam a procura dos consumidores, com especial relevo para a sua escala de preferências: não é certo que todos os agentes económicos/cidadãos queiram consumir um bem, por mais que o mesmo lhes seja oferecido. De qualquer forma, caso a empresa optasse por esta decisão estratégica, não seria improvável que a mesma pudesse deixar uma parcela de consumidores sem produto para fazer face ao seu volume de procura.

Quanto à primeira questão – poderá uma empresa com fins lucrativos considerar sequer a “oferta” dos seus produtos -, a verdade é que existem já exemplos abundantes de bens e serviços que são facultados gratuitamente aos seus consumidores potenciais.

Atente-se, por exemplo, ao caso dos jornais gratuitos. Poderiam parecer à partida um “produto” algo estranho, mas a verdade é que se trata hoje de um sector de actividade em franca expansão, não só nas tiragens dos vários títulos existentes, como até na segmentação de mercado que começa a ocorrer com o aparecimento de edições temáticas (economia, desporto, imobiliário, cultura,...) e com a publicação de edições geograficamente diferenciadas.

O sucesso destes projectos é tanto mais pertinente para a discussão em curso neste artigo quanto se verifica que os periódicos tradicionais têm registado uma tendência inversa, com uma queda generalizada nos volumes de vendas e na sua capacidade de angariação de publicidade.

De igual forma, e ainda na esfera da comunicação social, veja-se o que se passou com muitos dos títulos que tentaram restringir a subscritores o volume de informação inicialmente disponibilizado nas suas edições on-line e que tiveram que posteriormente inverter a rota para permitir o acesso aos mesmos conteúdos a título gratuito.

Pois bem, dirão, a verdade é que nestes casos, o grosso do volume de facturação não provém das vendas do bem em si, mas antes do volume de publicidade angariada e paga, em alguns casos, a peso de ouro.

Isto é, mais do que “vender a informação” aos seus leitores/visitantes, noticiosa no caso dos ditos jornais gratuitos, ou qualquer outro tipo de conteúdos no caso dos diversos sítios da Internet, os seus promotores estão alienar “tráfego” e um volume significativo de destinatários/contactos directos aos seus anunciantes.

Ora, como em qualquer negócio, o segredo está mesmo em saber identificar e aproveitar as oportunidades, por mais que elas rompam com os cânones tradicionais dos manuais de economia e gestão. – (*) *Economista, Presidente da CPS/PSD-Braga*





Intervenção sobre a liberdade sindical dos Trabalhadores da Administração Pública

Deputado Arménio Santos
Assembleia da República, 19 de Julho de 2007

(...)

Para o PSD a liberdade sindical é um valor essencial e um pilar insubstituível da democracia económica e social, quer nós estejamos no governo ou na oposição.

O Partido Social Democrata é portador de um projecto de sociedade moderado e tolerante, preocupado com as pessoas e os seus problemas e, ao contrário de outros, não é um partido agnóstico no plano dos princípios e valores.

Sempre nos batemos pela livre iniciativa dos cidadãos, pela economia de mercado, pelo livre associativismo dos trabalhadores, mesmo quando outros tentavam impor modelos castradores dessas liberdades.

Em coerência com esse nosso passado, defendemos hoje o direito ao livre exercício da actividade sindical, como instrumento fundamental para o funcionamento equilibrado de uma sociedade aberta e participada, dinâmica e moderna.

É neste quadro que nos pronunciamos sobre a Proposta de Lei nº 145/X.

Atenta a forma como foi apresentada, temos de manifestar a nossa perplexidade face aos seus autores, porque, apesar de terem uma história fiel aos valores do sindicalismo livre, agora tentam condicionar de forma autoritária e absolutista quem não se verga aos medos e ousa criticar democraticamente as políticas erradas do governo.

De facto, a Proposta de Lei nº 145/X, pretende alterar o Decreto Lei 84/99, relativo à liberdade sindical dos trabalhadores da Administração Pública, passando a consagrar critérios para o crédito de quatro dias remunerados por mês para o exercício de funções sindicais, limitando esse crédito a um trabalhador por cada 200 sindicalizados, com o máximo de 50.

Nós nem questionamos a necessidade de se estabelecerem novos critérios e diferentes daqueles que estão em vigor para a concessão desses créditos, em ordem a evitar eventuais abusos, por um lado e, por outro, a garantir que sejam salvaguardadas as condições adequadas ao normal funcionamento dos sindicatos.



Mas tratando-se de matéria de liberdade sindical, que respeita ao **“regime dos direitos de exercício colectivo”**, esta Proposta de Lei devia ter sido objecto de prévia negociação do Governo com os sindicatos da Administração Pública e não foi.

Esta medida devia ter sido discutida primeiro em sede de Concertação Social e negociada com os sindicatos do sector e só depois o Governo a devia apresentar na Assembleia da República.

A negociação era e é necessária, não apenas por imperativo legal, que já é suficiente, mas porque, por exemplo, uma coisa é um sindicato de 10 000 sócios, com âmbito nacional, outra coisa bem diferente é um sindicato com os mesmos 10 000 associados mas circunscrito à área geográfica da Grande Lisboa, o que significa que estas realidades não podem ser tratadas de forma igual como prevê o Governo.

Mas o Governo preferiu ignorar a Concertação Social e desprezar os sindicatos.

O Governo fez “tábua rasa” dos direitos negociais e desvalorizou a Concertação Social e os representantes dos trabalhadores, o que consideramos inaceitável.

E se esta proposta vier a ser aprovada pelo Parlamento, sem que haja a negociação colectiva e efectiva participação de todas as associações sindicais da Administração Pública, reaceamos bem que ela esteja ferida de inconstitucionalidade, como de resto já sucedeu com anteriores casos semelhantes.

É que a audição parlamentar ocorreu, mas não substituiu nem substitui a negociação que só ao Governo cabe e pode fazer.

De resto, não se compreende, e estranhámos muito, a pressa do Governo em querer aprovar com carácter de “urgência” esta proposta.

Até dá a ideia de que estamos em

presença de uma medida tão importante, que dela depende a viabilidade de grandes projectos de investimento para Portugal, que não se podem perder nem adiar, porque trazem riqueza ao País e criam largos postos de trabalho, tão necessários para o meio milhão de portugueses desempregados.

É obvio, e infelizmente, que não é esse o objectivo da iniciativa do Governo.

O que o Governo apenas pretende é voltar a afrontar os funcionários públicos, e especialmente os Professores, seguindo a linha que tem caracterizado o seu mandato desde o princípio.

É mais um passo na sua escalada para desprestigiar a Função Pública, para fomentar o medo, a instabilidade e a insegurança, agora através da imposição unilateral de restrições às liberdades sindicais.

Esse caminho está errado, porque é injusto e desmotiva os funcionários públicos, não resolve nenhum problema dos portugueses e só serve de propaganda à imagem de autoridade que o Governo quer transmitir, mas que na prática confunde com autoritarismo.

Fortemente criticado por todos os lados, o Governo recuou e apresenta-se agora com aparente disponibilidade para ponderar a sua medida.

Registamos esse facto, mas não nos iludimos quanto aos verdadeiros objectivos que presidiram à apresentação desta proposta.

Os tiques de autoritarismo, a arrogância do quero posso e mando que está a instalar o medo nos locais de trabalho e na sociedade portuguesa, expressos em casos públicos de delação, de perseguição política e de saneamento profissional, estão subjacentes ao processo de apresentação desta medida pelo Governo. E isso é muito grave e não pode ser esquecido.

Por isso, esperando embora que o Governo passe a respeitar a livre negociação, não nos congratulamos com o seu recuo. Antes afirmamos que não consentiremos com o nosso silêncio que os direitos e as liberdades fundamentais dos portugueses, sejam eles quais forem e exerçam a actividade que exercerem, sejam atropelados pelo Governo PS.

Intervenção sobre a Lei Orgânica da Polícia Judiciária

Deputado Luís Montenegro
Assembleia da República, 18 de Julho de 2006

A Proposta de Lei em discussão tem por desiderato, diz o Governo, actualizar e adequar a estrutura orgânica da Polícia Judiciária (PJ) às novas características da criminalidade, apostando na sua especificidade funcional.

Mas fá-lo, deve dizer-se desde já, sob o signo da incerteza e da indefinição. E explicarei porquê.

Para aumentar a operacionalidade e a especialização da PJ, o Governo preconiza um modelo em que extingue as actuais direcções centrais, substituindo-as pelas unidades nacionais de combate ao terrorismo, à corrupção e ao tráfico de estupefacientes.

Estas, em relação àquelas, perdem (para além da designação), competências de combate à criminalidade mais genérica – agora cometidas às chamadas unidades territoriais. O objectivo será, refere o Governo *promover uma reorganização estrutural dos serviços, tendo em conta a necessidade de racionalização dos recursos no sentido da obtenção de maior eficiência e eficácia nas actividades desenvolvidas.*

Além das três unidades nacionais já referidas, são criadas as unidades territoriais, as unidades regionais, as unidades locais, as unidades de apoio à investigação e as unidades de suporte.

Ora, cumpre a este respeito anotar que esta proposta de lei orgânica, ao remeter a forma como isso se implementa para portarias posteriores, nem cuida de garantir a articulação e coordenação dessas novas unidades, nem demonstra que essa eficácia não vai claudicar face aos critérios economicistas em que inegavelmente também assenta.

Ou seja, da análise do articulado da Proposta de Lei em apreço não é possível confirmar integralmente a leitura do Governo, porque as competências das unidades da PJ, a sede e área geográfica da respectiva intervenção e a correspondente organização em áreas, sectores ou núcleos não estão definidas neste texto, mas são antes remetidas para posterior regulamentação.

Além destas, há um conjunto vasto de matérias sobre as quais a Proposta de Lei não se pronuncia, remetendo o respectivo regime para outras leis ou para posterior regulamentação.

Desde logo, as competências da PJ



em matéria de investigação criminal são remetidas para a Lei de Organização de Investigação Criminal.

Com efeito, segundo o disposto no artigo 5º, n.º 1, da Proposta de Lei: *“As competências da PJ respeitantes à investigação criminal são as definidas na Lei de Organização de Investigação Criminal”.*

Ora, esta remissão será certamente para a anunciada nova Lei de Organização de Investigação Criminal, já que quando a Proposta de Lei n.º 143/X se quer reportar à lei da organização da investigação criminal actualmente em vigor, designa-a expressamente por Lei n.º 21/2000, de 10 de Agosto (é o que sucede nos casos do n.º 3 do artigo 12º e do artigo 38º da Proposta de Lei). Isto traduz-se num total desconhecimento do legislador parlamentar acerca daquelas que serão as competências da PJ em matéria de investigação criminal.

Não será despidendo referir, a este propósito, que o actual artigo 5º da Lei Orgânica da PJ elenca expressamente a competência reservada da PJ em matéria de investigação criminal, situação que deixa de existir nesta Proposta de Lei.

E já agora, devemos igualmente referir que ao contrário do que estabelece a Lei da Organização da Investigação em vigor no seu artº 2º,

número 5, a proposta de lei não salvaguarda a autonomia técnica e tática da PJ, na execução do seu papel de coadjuvação das autoridades judiciais, uma vez que se refere apenas à autonomia técnica no número 2 do seu artigo 3º.

Por outro lado, a competência da PJ para assegurar o funcionamento dos Gabinetes da INTERPOL e EUROPOL para efeitos da sua própria missão e para partilha de informação é tecida, segundo a Proposta de Lei, no quadro definido pela Lei de Segurança Interna.

Acontece que, atendendo a que a actual Lei de Segurança Interna – Lei n.º 20/87, de 12 de Junho, alterada pela Lei n.º 8/91, de 1 de Abril – não contém nenhuma referência aos Gabinetes INTERPOL e EUROPOL, a menção feita no artigo 5º, n.º 2, da Proposta de Lei, só pode querer reportar-se à nova Lei de Segurança Interna, cujo teor se ignora em absoluto. Adensam-se assim as dúvidas fundadas que já tínhamos manifestado aquando da apresentação do PRACE (Programa para a Reestruturação da Administração Central do Estado) de integração destes gabinetes de cooperação no Gabinete Coordenador de Segurança, sob tutela da Presidência do Conselho de Ministros.

No que concerne ao sistema de informações, estabelece-se que a Polícia Judiciária dispõe de um sistema de informação criminal de âmbito nacional, o qual se articula e terá adequada interoperacionalidade com os demais sistemas de informação criminal, mas também nesta sede *“a regular em diploma próprio”.*

Ficamos assim sem saber como e quem cumprirá este preceito.

Outra questão que se coloca, de ordem sistémica, tem a ver com a designação da lei. Esta proposta visa aprovar *“a orgânica da Polícia Judiciária”*, mas a verdade é que se vier a ser aprovada tal como foi apresentada pelo Governo, não substitui a lei anterior, cujos preceitos, em grande número, permanecem em vigor.



Na verdade, nos termos a alínea a) do artigo 58º da Proposta de Lei, *a contrario sensu*, mantêm-se em vigor os artigos 62º a 69º, 71º a 111º, 118º a 128º, 130º a 172º, e 176º a 179º da actual lei orgânica da PJ, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro.

Ou seja, a nova lei orgânica da PJ coexistirá com a lei anterior, passando a haver, assim, duas leis orgânicas da PJ – uma que regula determinada matéria (estrutura, órgãos e serviços da PJ) e outra, a restante (estatuto e carreiras do pessoal da PJ).

Uma palavra ainda sobre o Sistema Integrado de Segurança Interna (SISI) cujas implicações ao nível da Polícia Judiciária, também nos merecem sérias reservas.

A criação dum conselho superior de investigação criminal, presidido pelo Primeiro-Ministro, do qual façam parte os Ministros da Justiça e da Administração Interna, o Procurador-Geral da República e os responsáveis máximos de todos os órgãos de polícia criminal e a criação dum núcleo central do SISI, coordenado por um secretário-geral dependente do Primeiro-Ministro, composto pelas instituições que representam o essencial da actividade de segurança e da investigação criminal, entre as quais a **Polícia Judiciária**, indiciam uma intromissão do poder político na actividade investigatória que jamais obterá o nosso apoio.

Por isso, e em conclusão,

(...)

O PSD pugnará neste processo legislativo pela clarificação destas questões.

Vemos com apreensão as incertezas e as indefinições desta proposta de lei.

Todos devemos evitar que este diploma se constitua como factor de instabilidade no trabalho meritório e prestigiado dos nossos investigadores.

A reforma da organização da Polícia Judiciária contará connosco mas apenas com a demonstração cabal de o seu resultado será o acréscimo da eficácia do seu trabalho, a salvaguarda do seu prestígio e a garantia de que a investigação criminal em Portugal não será instrumentalizada, politizada ou governamentalizada.

(...)



Intervenção sobre o grande desnorte do governo socialista na área da Educação

Deputado Emídio Guerreiro
Assembleia da República, 18 de Julho de 2007

A acção do governo na área da Educação tem sido caracterizada por um grande desnorte! Desde o início do actual mandato que temos assistido a muitos anúncios e a poucos resultados!

Mas hoje não quero evidenciar clima de desmotivação que se vive nas escolas fruto dos sistemáticos e continuados ataques à nobre tarefa social que é o de ser professor.

Nem vou voltar a manifestar a indignação que partilho com milhares e milhares de portugueses que se viram prejudicados por uma decisão irresponsável, discriminatória e ilegal, como foi a da repetição dos exames de Física e Química apenas para alguns dos candidatos ao ensino superior.

Não vou ainda dissertar sobre o triste e indigno episódio do inquérito do IDT, autorizado pelo Ministério da Educação em que os alunos eram questionados sobre os comportamentos sexuais dos seus pais.

Não pretendo ainda pronunciar-me sobre a conduta de uma directora regional que promove a delação, o delito de opinião, persegue politicamente funcionários e insulta autarcas em reuniões formais.

Não quero também enfatizar a recente decisão de suspender, telefonicamente, os cursos de Educação e Formação em inúmeras escolas da região centro depois de as respectivas candidaturas pedagógicas e financeiras terem sido aprovadas pelos serviços competentes do Ministério da Educação e em plena fase de inscrições dos alunos.

Também não pretendo referir-me ao que se está a passar numa matéria tão sensível como a homologação das Cartas educativas. São já dezenas de situações públicas, de municípios de Norte a Sul do País, onde semanas após a homologação das respectivas cartas educativas o ME decide encerrar escolas que deviam manter-se abertas, fazendo tábua rasa de um instrumento fundamental no ordenamento da rede educativa.

Poderia ainda referir-me ao saneamento da Associação de Saneamento de Matemática da Comissão de Acompanhamento do Plano da Matemática, onde estes, apenas por discordarem de parte de uma declaração da Sra. Ministra, foram pronta e diligentemente

afastados por um zeloso director geral. Infelizmente os desastrosos resultados dos exames do 9º ano deram razão a algumas das críticas que a associação fez.

(...)

Muitos são os episódios ao longo de mais dois anos protagonizados pela equipa que gere o ME.

Confrontados com estas questões sistematicamente a resposta não existe! O ME é lesto a responsabilizar os demais agentes educativos mas nunca assume as suas responsabilidades nem os seus erros.

Seria muito saudável para a nossa democracia que o ME assumisse os seus erros e até, em algumas situações como foi a da repetição dos exames, pedisse desculpas aos alunos e às famílias!

(...)

Hoje limito-me, em nome do PSD, denunciar nesta Câmara os paradigmáticos episódios dos últimos dias que têm causado – também estes – tantos danos e tantos prejuízos a milhares e milhares de jovens portugueses.

Falo-vos de dois tristes casos:

1. Em primeiro lugar, os erros em mais um exame do 12º ano. Neste caso foi o caso de Biologia. Há uns dias atrás, tinha sido a Física e Química.

(...)

Trata-se de uma situação muito grave!

Está em causa as expectativas de muitos – de milhares – de jovens, que se encontram a viver um momento determinante, decisivo das suas vidas.

Nesta hora fundamental, a resposta do Estado é a pior possível.

Trata a vida destes jovens com leviandade, com erros, no fundo, com desrespeito.

É inadmissível esta situação. É confrangedor a incompetência. É lastimável a falta de responsabilidade política.

2. Em segundo lugar, o processo de candidaturas ao ensino superior.

O País tem assistido estupefacto à incompetência do Governo.

E, pior do que isso,
(...)



Milhares de jovens, num dos momentos mais marcantes da sua vida, estão a sofrer com essa mesma incompetência.

Voltou a cair a máscara ao Governo da propaganda, do *power point*, ou do plano tecnológico.

Os jovens que querem candidatar-se ao ensino superior estão, há várias semanas, impedidos de o fazer por via electrónica. O governo limitou-se a suspender essas candidaturas e a adiar prazos, lançando um clima inaceitável de incerteza e de insegurança em milhares de famílias portuguesas.

Este *flop* deveria envergonhar os responsáveis governativos.

Este fracasso é causa de danos e prejuízos para muitos portugueses.

Perante tudo isto, vale a pena perguntar onde param o Primeiro-Ministro ou os Ministros da Educação ou do Ensino Superior.

O Primeiro-Ministro é muito rápido a aparecer nas acções de propaganda.

Mas é ainda mais rápido a fugir, a desaparecer, quando se trata de assumir responsabilidades.

Os portugueses lembram-se do que disse o Eng. Sócrates e tantos outros responsáveis socialistas, quando num Governo anterior, surgiu um problema informático que prejudicou a colocação de professores, precisamente nesta altura do ano.

E agora? Onde está esse PS tão aguerrido e tão lesto a exigir responsabilidades???

(...)

Há milhares de jovens, milhares de famílias portuguesas que sentem na pele que sentem os efeitos do desnorte deste Governo socialista.

Mas perante todos estes casos, não ouvimos um pedido de desculpas, não vislumbramos um reconhecimento do erro, não vemos um único gesto de humildade.

Da parte do Governo, apenas assistimos aquela que é já a sua imagem de marca:

Arrogância, prepotência, desrespeito pelos portugueses.
(...)

Intervenção no debate sobre os Regimes de Vinculação, Carreiras e Remunerações dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas

Deputado Feliciano Barreiras Duarte
Assembleia da República, 19 de Julho de 2007

(...)

A apresentação desta proposta por parte do Governo representa um manifesto recuo na vontade de fazer uma boa reforma da Administração Pública.

Para nós a reforma da Administração Pública deve ser entendida como a mãe de todas as reformas.

A mãe de todas as reformas porque para a sua concretização está implícita a necessidade de se redefinirem as funções do Estado, a mais adequada organização jurídico administrativa, uma melhor relação entre o Estado e os cidadãos e também a criação do modelo adequado de Administração Pública para as necessidades do País.

O PSD é a favor da reforma da Administração Pública e por estas e por outras razões defende que para uma melhor satisfação das necessidades colectivas de segurança, cultura e bem estar, se faça uma verdadeira reforma e não algumas alterações que apenas vem – como parece ser o caso – introduzir maior confusão e perturbação. Como acontece com as matérias ora aqui em debate que dado a sua importância deveriam ser tratadas de forma mais universal dada a necessidade de se encontrarem as melhores soluções políticas e jurídicas.

(...)

É caso para dizer que a montanha pariu um rato. Depois de tantos anúncios, de tanta propaganda, de tanta polémica,

de tanta diabolização dos funcionários públicos, de tanta expectativa criada, o que o Governo nos traz hoje é uma desilusão.

É caso para dizer que a bota não dá com a perdigota. Sobretudo no conteúdo existe um manifesto recuo nestas matérias tendo em conta não só o previsto no programa do Governo, como também o anunciado há exaustão nos últimos anos.

(...)

Não só os funcionários da Administração Pública, mas os cidadãos em geral também tem razões suficientes para estarem descontentes e preocupados.

Quanto aos vínculos, quanto às carreiras e quanto às remunerações as soluções preconizadas apontam para um grau de subjectividade muito preocupante e em muitos casos não



se sabe como irão ser concretizadas algumas das soluções aqui sugeridas.

Por estas e por muitas outras razões Senhor Ministro esclareça-nos

sobre três das muitas questões que tanta gente coloca hoje no país:

1) Senhor Ministro confirma ou não que para ser posto em prática este

diploma está dependente de outras iniciativas legislativas? Por exemplo do novo regime do contrato de trabalho da Função Pública? De um novo estatuto disciplinar? E da definição dos conteúdos desses diplomas? Se sim porque é que o Governo não nos apresentou tudo em conjunto?

2) O Governo como órgão supremo da Administração Pública vai aplicar este diploma a entidades administrativas independentes como são os casos do Banco de Portugal e da Entidade Reguladora da Comunicação Social?

3) É verdade ou é mentira que vários dos parceiros sociais fizeram sentir ao Governo que não concordam com a generalidade das soluções sugeridas nesta proposta?



Intervenção sobre a Reforma do Parlamento

Deputado José de Matos Correia
Assembleia da República, 19 de Julho de 2007

(...)

Sabemos todos como o parlamento é, de entre os órgãos de soberania, aquele cuja actividade assume maior visibilidade e aquele que mais se encontra sujeito ao escrutínio dos cidadãos.

Trata-se, de resto, de características que definem o próprio código genético dos parlamentos e que são indissociáveis do seu processo de evolução e do facto de neles se acolherem as forças políticas que representam a composição plural das sociedades.

Mas, o escrutínio a que estão a cada momento sujeitos lança igualmente sobre os parlamentos um desafio permanente: o de adaptar o modo como se organizam e funcionam às exigências cada vez maiores que sobre eles recaem.

E, a essa luz, é possível dizer-se que a reforma dos parlamentos, mais do que uma decisão ou um momento se apresenta como uma exigência constante, sob pena de se agravar a distância que muitas vezes existe entre aquilo que é a agenda parlamentar e aquilo que é a agenda política, económica e social que

verdadeiramente preocupa os cidadãos.

Daí que se deva igualmente sublinhar que a alteração das regras de funcionamento do parlamento português que hoje aqui debatemos não pode nem deve ser vista como um ponto de chegada, mas antes como um ponto de partida.

Uma ideia que é aliás reforçada pelo facto de que muitas das mudanças a serem introduzidas impõem a alteração de práticas estabelecidas e de rotinas instaladas e exigirão de cada um de nós um esforço acrescido de adaptação.

(...)

A presente reforma estende-se por um número alargado de documentos, e abrange matérias tão vastas como o regimento da assembleia da república, o direito de petição ou o estatuto dos deputados.

Mas é indiscutível que as mais significativas inovações se registam ao nível do regimento, verdadeira magna carta do nosso parlamento.

Daí que faça sobretudo sentido debruçarmo-nos aqui sobre a revisão

das normas regimentais e sobre a atitude que o PSD entende adoptar a seu respeito.

E, para começar, vale a pena recordar que, no documento estratégico que apresentou no início deste processo, o PSD deixou bem claro que sobre a mesa se encontrava um desafio central: combater, com determinação, a tendência actual de desvalorização do papel da Assembleia da República.

Reconhecendo a dificuldade da tarefa empreendida, identificámos à partida um objectivo primeiro: devolver ao nosso parlamento o estatuto de sede do debate e do contraditório político, seja no plano da fiscalização dos actos do governo e da administração, seja no domínio da agenda legislativa.

Nessa linha, sempre insistimos na necessidade de as reformas a fazer não serem meramente formais ou de aparência. É que, se isso ocorresse, seríamos duplamente censuráveis: por adiar os problemas que há muito deveriam ter sido solucionados e por degradar as expectativas – justificadas e legítimas – que sobre este processo recaíram.



E, justamente por estar convicto dessa responsabilidade, o PSD avançou com algumas propostas que são, seguramente, das mais originais: refiro-me, por exemplo, à figura do debate de actualidade, à necessidade de instituir, sob a forma potestativa, o direito de os grupos parlamentares exigirem a presença em comissão de membros do governo ou de funcionários da administração pública, ou ainda a reformulação dos debates com a presença do primeiro-ministro.

(...)

Chegados ao fim deste complexo e exigente processo de reforma, é possível afirmar que o conjunto de diplomas que apreciamos introduzem sensíveis melhorias face às regras que hoje nos regem e contribuirão seguramente para uma maior eficácia, para uma maior transparência e para uma maior vivacidade dos trabalhos parlamentares.

Nestas como em todas as outras situações, o PSD dirige a sua acção apenas por aquilo que considera serem as formas mais adequadas de defender e prosseguir o interesse nacional. Não nos preocupam pois as contabilidades de ganhos e percas. Essa não é, insisto, a nossa maneira de fazer política.

Todos compreenderão, porém, que nos sintamos especialmente confortados com o facto de muitas das ideias que defendemos terem obtido vencimento.

É o caso, por exemplo, do já referido debate de actualidade, que vai indubitavelmente assegurar uma nova lógica de flexibilidade e de interesse às discussões em plenário.

Ou dos também já citados direitos potestativos de convocação às comissões parlamentares de membros do governo e funcionários da administração pública, assim impedindo que uma maioria absoluta – qualquer maioria absoluta – utilize o seu rolo compressor para impedir o parlamento de aceder às informações e esclarecimentos a que tem pleno direito.

Mas é igualmente o caso do aumento do quórum de funcionamento e de deliberação das comissões, decisão indispensável para valorizar o seu trabalho, tanto mais que, no quadro do novo regimento, passarão a desempenhar funções acrescidas tanto no plano político quanto no legislativo.

Ou, ainda, a consagração da regra



que permite que os agendamentos potestativos em plenário não tenham que ser usados apenas para provocar a discussão de uma iniciativa legislativa, mas igualmente para fixar a ordem do dia em torno de um debate exclusivamente político.

(...)

Ao reconhecer o que de bom se consagra, não podemos também deixar de aludir a uma discordância de fundo que mantemos.

Uma discordância que se prende com uma norma regimental concreta mas também, e sobretudo, com a censurável e incompreensível concepção que lhe está subjacente.

Refiro-me, evidentemente, ao que se estabelece em matéria de debates com o primeiro-ministro, questão em que as opções são bem reveladoras da existência ou não de uma verdadeira vontade de prestigiar a natureza representativa desta câmara e de incrementar o seu papel fiscalizador.

De facto, o regimento passa a consagrar a existência de dois modelos de debate com o chefe do governo: próximo do actual, em que ao primeiro-ministro cabe o direito de fazer uma intervenção inicial sobre um tema por si escolhido e um outro, inovador, que se traduz numa sessão de perguntas e respostas, com ausência dessa intervenção inicial.

Sucede que, neste último debate, o PS e, a seu reboque, os restantes grupos parlamentares, forçaram a adopção de uma solução que é bizarra, injustificada e violadora de todas as regras a que o funcionamento do

parlamento tem obedecido: a de que tal sessão de perguntas é aberta, não pelo maior partido da oposição, mas de uma forma rotativa por todos os grupos parlamentares.

Uma solução de tal forma descabida que permitirá inclusive a um grupo parlamentar que sustente um executivo iniciar o debate numa sessão que, em vez de perguntas e respostas, se deveria passar a chamar de cumprimentos ao Governo!

Ou seja, quebra-se, sem razão de substância ou de princípio, a lógica da representatividade, um valor essencial e desde sempre respeitado. E algo que, além do mais, tem plena justificação, porquanto todos os observadores minimamente atentos entenderão que a intervenção dos grupos parlamentares por ordem decrescente da sua representatividade mais não significa que a dignificação e o respeito pela vontade popular expressa nas urnas.

Mas então qual foi a verdadeira intenção do PS ao insistir nesta solução?

Uma apenas: apoucar a posição do PSD enquanto principal partido da oposição. E, se disso houvesse qualquer dúvida, a discussão que ontem travámos na comissão de assuntos constitucionais deixou bem à vista que essa era e é a única razão que motivou os socialistas.

Esquece porém o PS que há mais marés que marinheiros. E que, quando voltar ao lugar que a sua incompetente governação irá determinar, compreenderá então que

em política não vale tudo.

(...)

Também nesta matéria a nossa atitude é bem distinta da dos socialistas.

Porque rejeitamos a ideia de que se pode legislar contra alguém e apenas em defesa dos nossos próprios interesses.

Porque não erigimos em elemento determinante as circunstâncias conjunturais.

Porque apenas nos move a ideia da defesa do bem comum.

Que fique pois bem claro: quando defendemos que a primazia nos debates com o primeiro-ministro deve caber ao principal partido da oposição, fazemo-lo por uma questão de defesa de princípios.

Em defesa dos princípios em que acreditamos.

Pela necessidade de respeitar aquilo que esta casa de há muito definiu como regra, com o consenso aliás das forças políticas, e que nada, absolutamente nada justifica que seja alterado.

Ao menos, nada de politicamente relevante. Talvez muito de pequena política e de visão mesquinha do funcionamento das instituições.

Mas fazemo-lo também com a tranquilidade de quem quer viver com as mesmas regras quando está na oposição ou quando é chamado à responsabilidade de dirigir o país.

Procedemos assim quando estivemos no poder. Sempre, quando em maioria, procurámos respeitar o estatuto do principal partido da oposição. Afinal, no respeito que a todos deve merecer a expressão da vontade popular.

Nesta câmara, o PSD não representa o mesmo, indiferenciadamente, que qualquer outra bancada da oposição. Representa mais, bem mais, do que todas elas juntas.

E é assim porque foi, repito, foi essa que o povo o quis.

Questionar isso é questionar a vontade daqueles que são os verdadeiros titulares da soberania.

Esse é um caminho perigoso. Um caminho que conosco não contará.

Por respeito para com as regras democráticas.

Mas, sobretudo, por respeito para com os portugueses.

(...)

Intervenção sobre o Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações dos Trabalhadores que exercem funções públicas

Deputada Maria do Rosário Águas
Assembleia da República, 19 de Julho de 2007

A revisão do Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações dos funcionários que exercem funções públicas, apresentada como uma alteração estrutural do velho regime estatutário, está sustentada num conjunto de objectivos que, merecem o nosso acordo.

Objectivos de simplificação de carreiras e remunerações e de alteração do paradigma das promoções e progressões assente no mérito.

O PSD esperava, por isso, um diploma coerente, com os objectivos anunciados pelo Governo, e que contribuisse, para melhorar a gestão de recursos humanos do sector publico e acima de tudo **criasse condições para que o “Estado empregador” fosse competitivo** na gestão e recrutamento dos seus quadros.

Mas terminada a leitura da exposição de motivos as nossas expectativas são goradas e dão lugar à constatação de que estamos perante um **Diploma Obscuro, Confuso e Ineficaz** à luz das promessas do Governo e, sobretudo, das necessidades do País.

Obscuro porque é omisso quanto ao seu impacto financeiro e quanto à regulamentação adicional que exige, nomeadamente o Novo Regime do Contrato de Trabalho da Função Pública e o Sistema Remuneratório que dará corpo às carreiras previstas.

Confuso e Ineficaz porque prevê **procedimentos administrativos que são de duas ordens: ou são complexos; ou são pouco transparentes.**

Este Diploma é também profundamente enganoso do ponto de vista político. Sob a capa de uma aparente simplificação, o Governo cria, na verdade, um Novo Regime de Contratação Pública sem que em nenhum lugar assuma que o vai fazer e porque é que o faz.

O Governo **destrói o sistema actual**, sem dar uma única razão que justifique a desagregação completa dos regimes em vigor e que permita perspectivar a bondade do que agora se propõe.

Isto **constitui um acto contrário ao interesse público mas acima de tudo um retrocesso** claro face à



anunciada e prometida reforma da Administração da Administração Pública.

(...)
A aprovação deste diploma vai implicar a **abolição completa** do Contrato Individual de Trabalho na administração pública. **Todas as pessoas** que ao longo de vários anos foram contratadas sob este regime terão a sua relação contratual alterada para um regime **diferente e híbrido** que invoca uma filosofia de direito privado mas que, na prática, é inteiramente submetido às regras do direito administrativo.

É bom lembrar que este Governo chegou até a anunciar a aplicação do CIT à totalidade dos funcionários públicos depois de os socialistas o ter contestado violentamente quando estavam na oposição.

Mas agora o **Governo recua**, sem o admitir, **inverte o caminho e determina a aplicação generalizada de um novo regime estatutário, administrativo, que é mais pesado, menos flexível e, muito provavelmente, mais oneroso para o Estado.**

Mas o mais grave é que esta aplicação forçada de um novo regime de contratação prevê a aplicação universal do **regime de carreiras, próprio do regime estatutário**, a todos os milhares de funcionários que não estavam abrangidos por exercerem

funções ao abrigo do Contrato Individual.

Era bom que o Governo explicasse as razões deste retrocesso. **Porquê abolir o Contrato Individual de Trabalho, em vez de o estender, gradualmente, contribuindo para a harmonização do regime privado e público?**

O caso da mobilidade especial é bem ilustrativo da irracionalidade deste diploma. Os Srs. Deputados recordam-se que o Governo criou um regime de mobilidade especial para despedir, embora sem o admitir, os funcionários com vínculo.

Pois agora, pasme-se, o Governo atribui a todos os funcionários recrutados com CIT um regime mais vinculado e de direitos mais amplos, obrigando-se a aplicar a mobilidade especial não como mecanismo excepcional mas como regra. Ou seja, não apenas aos nomeados mas à totalidade dos que exercem funções públicas.

A isto, **...não se chama GOVERNAR a isto chama-se Regredir e Desgovernar.** E mais, a isto **chama-se dizer uma coisa e fazer outra de modo camuflado e pouco transparente**

Ainda quanto aos vínculos importa referir que **não se vislumbra** em todo o diploma uma explicação,

uma diferença, que nos permita compreender a razão nuclear que justifica o vínculo de nomeação, reservado para alguma funções do Estado, versus contrato administrativo.

As incompatibilidades são as mesmas, as carreiras e remunerações também.

Importa que o Governo esclareça o que é que o Estado exige em adicional quando determina um vínculo de nomeação e o que dispensa quando determina um vínculo por contrato.

O que se pretende salvaguardar, o que se pode dispensar? Quais os interesses a proteger num e noutro caso?

Quanto às promoções e progressões na carreira o Diploma é também uma **verdadeira impostura.**

O diploma deixa simplesmente de considerar a existência de promoções e, por exemplo **a carreira técnica superior deixa de ter categorias**, passando a ter só escalões.

Lembram-se os Srs. Deputados da propalada promoção por mérito? Do fim às progressões automáticas ?

Pois basta ler o n.º 6 do art.º 47 e o art.º 48 para nos desenganarmos e perceber as 3 reais opções do Governo:

1. A progressão nas carreiras continua a ser automática embora desfasada no tempo. Desde que não haja notas negativas todos progredem ao fim de 4, 5 ou dez anos;

2. As promoções por mérito são uma verdadeira ficção porque, independentemente do mérito, o que determina a promoção é o orçamento do serviço o que frustrará as legítimas expectativas dos funcionários mais esforçados e competentes.

3. Os dirigentes podem manipular as regras promovendo e alterando, sem limites, o escalão remuneratório dos funcionários, que sem critério, entendam privilegiar.

Também no recrutamento de funcionários a solução apresentada pelo Governo sofre de vícios que não podemos aceitar: vícios de forma e vícios de substância.

Basta ler o art.º 50 e seguintes para perceber o **calvário administrativo** dos concursos que contrasta, mais





Intervenção sobre a liberdade sindical dos trabalhadores da Administração Pública

Deputado Miguel Santos
Assembleia da República, 18 de Julho de 2007.

uma vez, com a intervenção discricionária do dirigente a quem é dado o poder de negociar, sem regras, a remuneração do candidato.

Com o clima de intimidação cultivado por este Governo, fica claro onde se quer chegar!

(...)

O PSD apoiaria uma proposta que introduzisse um modelo de gestão orientado para objectivos e resultados, e que contribuisse para uma Administração Pública competente e politicamente impermeável às pressões político-partidárias de que temos tantos exemplos recentes.

Apoiáramos a simplificação e a clarificação dos regimes de vinculação e a gradual aplicação do Contrato Individual de Trabalho já amplamente utilizado

Mas, o Governo apresenta um Diploma pesado, difícil de compreender e que contraria todas as promessas em matéria de gestão de recursos humanos na Administração:

- Perpetua a progressão automática;
- Introduce um conceito de promoção completamente aleatório;
- Investe no poder discricionário dos dirigentes;
- Reforça, em muitos casos, o regime estatutário;
- Retrocede no caminho de harmonização dos regimes de trabalho público e privado.

No que toca às remunerações, fica-se pelo enunciado de princípios, muitos deles confusos senão mesmo contraditórios, num novelo que será muito difícil de regulamentar, quando finalmente forem apresentados os diferentes níveis remuneratórios da agora chamada tabela única.

Depois de tudo o que prometeu, depois de dois anos de congelamento de carreiras o Governo tinha a obrigação de apresentar um diploma inovador, mas o que temos é a prova da incapacidade do Governo para estruturar esta matéria, pedindo uma "carta em branco" para a regulamentação que falta fazer.

Por estas razões Senhores Deputados, o PSD não pode pactuar com uma iniciativa que destrói em vez de criar, que desmotiva em vez de incentivar que complica em vez de simplificar.

Enfim, que Regride em vez de Inovar.

O Partido Socialista tem criado, ao longo da governação, um clima de perseguição política, de gestão da coisa pública baseada em critérios político-partidários e tem instrumentalizado a autoridade do estado, utilizando o ius de imperium a seu bel-prazer.

A Proposta de Lei que hoje discutimos em plenário é um exemplo claro da arrogância, da prepotência e do afastamento propositado dos agentes da sociedade na discussão pública e na participação do processo de construção das soluções que conformarão o exercício da actividade sindical. O Governo impõe ditatorialmente as suas vontades, num estilo e atitude próprios de um qualquer regime totalitário do século passado.

O país vive um estado de insegurança, de instabilidade, de descrença e de falta de protecção social dos portugueses, quando se encontram em situação de desemprego, de carência, de abandono pelo Estado que tem o dever de garantir e salvaguardar os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Ora são os saneamentos na administração pública, a mando do Ministro da Saúde e da Ministra da Educação, ora é o ressurgimento dos informadores e delatores.

É neste contexto que o Governo apresentou na Assembleia da República a Proposta de Lei n.º 145/X, referente ao exercício da liberdade sindical. Neste caso que agora discutimos, também o Governo se preocupou em impor a sua perspectiva e em cercar a participação dos sindicatos. Tudo isto acontece num Estado de Direito Democrático com o beneplácito e cumplicidade da bancada parlamentar do Partido Socialista que se queda muda e calada.

Esta Proposta de Lei recebeu tratamento de emergência na Assembleia da República, graças à actuação do grupo parlamentar do Partido Socialista. Para tal, foi necessário ao Governo calcar e ultrapassar qualquer direito de participação e de negociação dos sindicatos. Os sindicatos, para o Governo, não existem. E foi assim, desta forma, que esta Proposta chega ao Parlamento: sem qualquer discussão, sem qualquer negociação, à socapa, com atropelos ou saltos formais, repentinamente, como



convém ao exercício do poder total.

Finalmente, aqui, na Assembleia, os sindicatos foram recebidos e ouvidos, mas, tal só aconteceu, por vontade determinada dos dirigentes sindicais, os tais a quem, agora, se pretende limitar o exercício da actividade sindical, e porque os deputados da oposição afirmaram o seu veemente protesto por este procedimento. As audições realizadas no Parlamento não obstam, muito menos colmatam, porém, a obrigatoriedade de negociação que o Governo entendeu não cumprir.

É inadmissível, é insustentável que se proceda à alteração do regime jurídico relativo ao exercício da liberdade sindical, sem que os sindicatos se tenham sentado à mesa das negociações com o Governo.

Os sindicatos não são o inimigo; são parceiros e participantes no encontro das melhores soluções para os trabalhadores, para o Governo e para o País.

Que se estabeleça um critério para a concessão do crédito mensal de dias remunerados para o exercício das funções sindicais é matéria com que o PSD concorda. Trata-se de matéria que os sindicatos receberam nesta assembleia afirmaram concordar, perante Deputados dos diversos Grupos Parlamentares. O critério poderá ser este ou outro. Mas, para tal, este processo está enfermo à nascença. Tem de ser negociado com os sindicatos, discutido e debatido, sujeito a audição pública e aí, só nesse momento, se encontrará a melhor solução, porque será uma solução

partilhada e negociada.

(...)

Aliás, é curioso que, já no Relatório de Progresso da Comissão do Livro Branco das Relações Laborais, a páginas 44, idêntica solução é, desde logo, indicada, desta feita, para conformação das relações jurídico-laborais do sector privado. Questiono-me se o Governo irá, efectivamente, adoptar esta solução e se seguirá o mesmo procedimento do infamante segredo ou se irá discutir e negociar estas soluções com os sindicatos e confederações patronais.

Em face desta Proposta de Lei existem duas questões para as quais é imprescindível resposta:

- A aplicação deste critério numérico obriga ao conhecimento e à revelação, por parte dos sindicatos, do n.º de associados. Como tenciona o Governo obter estes dados? Vai coagir os sindicatos e os trabalhadores, obtendo prova através de extractos bancários ou recibos de remunerações onde constem as quotizações sindicais?

- Existindo dirigentes sindicais eleitos, em pleno exercício de mandato conferido pelo voto dos trabalhadores, o que acontece às condições de exercício desses mandatos, se, com a possível entrada em vigor destas normas, a limitação impuser o término do direito ao crédito remuneratório e consequente disponibilidade para o exercício da actividade sindical?

(...)



Carlos Coelho alerta Presidência da UE para perigo de “facilitismos de simpatia” na abertura de Schengen

O Deputado do PSD Carlos Coelho alertou o Ministro da Administração Interna (MAI) português para o perigo pela “falta de rigor e facilitismo” que está a haver no alargamento do Espaço Schengen aos 10 novos Estados-Membros. Esta intervenção teve lugar durante o primeiro debate dos Ministros portugueses da Administração Interna e da Justiça na Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos do Parlamento Europeu em Bruxelas. Carlos Coelho aproveitou também a ocasião para lembrar as questões que colocou à Comissão e ao Conselho relacionadas com as recentes notícias sobre as “escutas feitas pelos Serviços Secretos italianos ao juízes europeus”.

Nos últimos dias o eurodeputado do PSD Carlos Coelho enviou duas perguntas escritas prioritárias à Comissão Europeia e ao Conselho sobre “a existência de investigações ilegais pelos serviços secretos italianos relativamente a juízes.”

Carlos Coelho afirma nesta carta que “fomos surpreendidos com preocupantes revelações sobre a existência de investigações ilegais, praticadas pelo SISMI (Serviços Secretos Italianos) relativamente a magistrados judiciais e do Ministério Público” recordando que “o mesmo SISMI esteve aparentemente envolvido no rapto do clérigo muçulmano Abu Omar e a Comissão Temporária do Parlamento Europeu sobre as alegadas operações da CIA na Europa, a que eu presidi, recebeu em reunião à porta fechada o seu director, general Pollari”.

O Deputado do PSD salienta ainda que o caso tem uma dimensão europeia, não só por terem sido “ilegalmente espiados” magistrados não italianos, “incluindo Portugal”, mas também porque alguns dos visados exercem funções no Gabinete europeu de luta contra a fraude (OLAF).

Carlos Coelho questiona, quer a Comissão Europeia quer o Conselho de Ministros dos 27, sobre “se vão tomar alguma iniciativa que proteja a independência do poder judicial e dos Magistrados afectados” e ainda “que acções estão previstas relativamente ao Estado italiano”.

O eurodeputado lembra ainda que o Parlamento Europeu aprovou



recentemente recomendações sobre o reforço do controlo judicial e democrático relativamente às actividades dos serviços secretos.

Na intervenção que fez durante o debate Carlos Coelho desejou ‘boa sorte’ à Presidência portuguesa e elogiou a iniciativa do Portal Internet sobre a Justiça a nível europeu que foi agora proposto. De seguida saudou também a solução do SIS ONE 4 ALL e perguntou se a Presidência estava em “condições de garantir que não há mais atrasos no SIS-II?”

Relativamente à avaliação dos critérios para a adesão ao Espaço Schengen Carlos Coelho lembrou que esta não deveria ser “um concurso de simpatia” questionando de imediato se:

- O Parlamento Europeu (PE) vai ter acesso aos Relatórios de Avaliação? pois o PE não pode dar parecer sem conhecer o conteúdo

Sobre o acordo PNR, Carlos Coelho lembrou que “o Parlamento já aprovou a posição”, pois “é bom haver um Acordo. É bom ter esse instrumento para lutar contra o crime, mas há muitos aspectos negativos”.

A terminar o Deputado do PSD sugeriu que, sobre o PNR, “devíamos adoptar o Acordo com o Canadá como modelo e acelerar negociações com a Austrália.”

João Aguiar Machado nomeado Director-Geral adjunto das Relações Externas

A Comissão Europeia nomeou João Aguiar Machado para o cargo de Director-Geral adjunto da Direcção-Geral das Relações Externas (DG RELEX). O novo Director-Geral adjunto será responsável pelas relações com a Ásia e a América Latina.

Nas suas novas funções, João Aguiar Machado ficará encarregado das relações bilaterais e regionais da União Europeia com os países da América Latina e da Ásia, com excepção do Japão e da Coreia do Sul. Competir-lhe-á a definição das posições estratégicas a adoptar a nível da negociação e aplicação de acordos internacionais, assim como o acompanhamento dos diferentes tipos de programas de cooperação com os países da sua área de intervenção.

João Aguiar Machado, de nacionalidade portuguesa, tem 48 anos e é actualmente o Director responsável pelos serviços e pelo investimento, assim como pelas relações comerciais bilaterais na Direcção-Geral do Comércio.

O novo Director-Geral adjunto entrou para os quadros da Direcção-Geral do Comércio em 1998, tendo ocupado sucessivamente os cargos de Chefe da Unidade “Resolução de Litígios e Regulamento sobre os Entraves ao Comércio”, Chefe da Unidade “Comércio de Serviços” e Director para os assuntos relacionados com a OMC. Antes de assumir funções nesta Direcção-Geral, foi Conselheiro Comercial na Delegação da Comissão Europeia no Japão e, posteriormente, Conselheiro da OMC na delegação desta organização internacional em Genebra.

João Aguiar Machado iniciou a sua carreira na Comissão em 1986, na Divisão do Japão da Direcção-Geral das Relações Externas.

O novo Director-Geral adjunto deverá assumir funções nas próximas semanas.

Notícias de Cascais

Marcelo Rebelo de Sousa apresentou, de José d'Encarnação, o livro “Recantos de Cascais”

Com a chancela das edições Colibri e o apoio da Câmara Municipal de Cascais foi lançado no dia 18 de Julho, no Centro Cultural de Cascais, o livro “Recantos de Cascais”, da autoria de José d'Encarnação. A obra foi apresentada por Marcelo Rebelo de Sousa.

“Recantos de Cascais” constitui o segundo volume das crónicas publicadas no Jornal da Região sobre temas do património cultural cascalense, da autoria do Professor José d'Encarnação.

Município de Cascais, agraciado em Julho de 1994 com a medalha de Mérito Municipal, José d'Encarnação é Professor Catedrático de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Como arqueólogo tem sido responsável, em parceria com Guilherme Cardoso, pelo estudo da



apresentação foi feita pela grande actriz e declamadora Carmen Dolores.

No prefácio da obra, Carmen

atenção mais séria dos críticos, que reconheciam a sua sensibilidade apurada da autora e o seu gosto pela forma clássica do «soneto». Publicou ainda “Sede Consentida”, “O Corpo do Silêncio”, “Projecto Homem” e a célebre obra “Linha Marginal”, na qual descreve de forma apaixonada as paisagens de Lisboa a Cascais.

Museu-Farol abre em Cascais

A partir do próximo dia 27 de Julho, Cascais passa a contar com um novo espaço de cultura e lazer: o Farol Museu de Santa Marta. Com inauguração às 18H30, o equipamento insere-se no perímetro cultural definido pela Câmara para a vila de Cascais.

Situado junto à Casa de Santa Maria, o Farol Museu de Santa Marta integra-se no perímetro cultural constituído pela Cidadela, Museu Condes de Castro Guimarães, Centro Cultural de Cascais, Fortaleza da Luz, Museu do Mar e Casa Henrique

Sommer (futuro Arquivo Histórico Municipal).

Com projecto de arquitectura da autoria de Francisco Aires Mateus e Manuel Aires Mateus e programa museológico da responsabilidade de Joaquim Boiça, o Farol Museu de Santa Marta nasce a partir do antigo farol com o mesmo nome, fruto de uma parceria entre a Câmara Municipal de Cascais e o Estado Maior da Armada Portuguesa. As obras de adaptação às novas funções tiveram início em 2006, promovendo a requalificação e conversão do Forte e Farol de Santa Marta em espaço de cultura e lazer, embora mantendo as suas funções de sinalização costeira, sob a direcção da Marinha, através da Direcção de Faróis.

O novo equipamento é composto por um espaço expositivo criado nas antigas residências dos faroleiros, amplas plataformas (baterias do Forte) com vista para o mar e espaços de recepção, centro de documentação e cafetaria.

O programa museológico apresenta, para além de uma panorâmica geral sobre os faróis, temáticas específicas, tais como os faróis de Portugal; o forte e o farol de Santa Marta; os faróis e as ajudas à navegação (Cascais e barra do Tejo); o escritório de faroleiro.

O percurso expositivo inclui a exibição de um filme documental “Faróis de Portugal. Cinco Séculos de História”.

Refira-se que a maioria das peças expostas foi restaurada e depositada pela Marinha Portuguesa/Direcção de Faróis, sendo constituída por exemplares que contribuem para uma melhor compreensão do funcionamento dos mecanismos dos faróis.



Villa Romana de Freiria (S. Domingos de Rana) e de outros sítios arqueológicos do concelho.

É comissário científico da secção romana do futuro Museu Municipal de Arqueologia de Cascais (em colaboração com Guilherme Cardoso). É autor de livros, artigos, textos de conferências e de comunicações em congressos nacionais e internacionais.

... e Carmen Dolores apresentou “Mar mítico”, de Cacilda Celso

Também no sábado, 21, a escritora e munícipe Cacilda Celso lançou no Centro Cultural de Cascais a sua obra “Mar Mítico”, livro de poemas dedicados ao mar. A

Dolores descreve assim o trabalho da autora: “Cacilda nasceu poeta e sabe transmitir aos outros em tons nostálgicos ou entusiásticos, muito do que lhe vai na alma e tem a sabedoria de bem olhar à sua volta e transformar emoções em palavras precisas e coloridas de significado, fruto da sua extraordinária sensibilidade”.

Cacilda Celso nasceu em Lisboa, em 1929. Radicada há cerca de 30 anos em S. João do Estoril, escreve poesia desde os oito anos, tendo começado a colaborar em revistas literárias e na imprensa regional logo na adolescência. Só publicou o seu primeiro livro em 1955: “Diário” – uma pequena colectânea de poemas, lançando posteriormente, “Intimidade”, obra que obteve uma



Intervenção do vereador do PSD (Alvaro Santos) nas comemorações do Dia do Município

Por ocasião das comemorações do Dia do Município, impõe-se nesta data fazer um balanço sobre os primeiros 21 meses deste mandato autárquico.

Mais importante do que a opinião dos Vereadores do PSD sobre o desempenho da actual gestão socialista na Câmara Municipal de Ovar, é a apreciação do cidadão comum sobre os últimos dois anos de um ciclo de governação socialista que já dura há quase uma década e meia.

Ouvimos nas ruas, nas escolas e nos locais de trabalho, vozes de desencanto e de desilusão.

Desilusão por vivermos num concelho sem esperança, onde o desemprego é dos mais elevados do distrito e onde muitas empresas continuam a despedir os trabalhadores e a encerrar as suas portas.

Desilusão pelo progressivo encerramento de serviços públicos e pela discriminação negativa que o nosso concelho tem vindo a registar por parte do Governo Central. A maior discriminação de que há memória em trinta anos de Democracia.

Desilusão pela falta de uma gestão autárquica ambiciosa e activa capaz de “fazer obra” e de promover o desenvolvimento do nosso concelho, catapultando-o a patamares de competitividade e atractividade, no mínimo, semelhantes ao dos territórios vizinhos.

Nestes primeiros 21 meses de mandato, a actual gestão autárquica tem-se revelado centralista, crispada e, manifestamente, incapaz de promover o progresso e o desenvolvimento do nosso concelho.

Vejamos apenas alguns exemplos paradigmáticos:

1. Em pleno Século XXI, metade do Concelho de Ovar continua sem Saneamento, condição essencial para assegurar os níveis mínimos de qualidade de vida e de saúde pública à população;

2. As principais ruas no centro da cidade de Ovar continuam num estado de profunda degradação e abandono, assim como e de uma forma generalizada, uma grande parte da rede viária por todo o concelho de Ovar;

3. Apesar de já contar com 1,7 milhões de euros de financiamento “supostamente” assegurado, o Parque Urbano do Cáster continua a “marcar passo”;

4. As nossas principais praias (Esmoriz, Cortegaça e Furdouro)



continuam a aguardar as necessárias obras de requalificação e de valorização;

5. O projecto de expansão do Europarque, tão divulgado em plena campanha eleitoral, teima em não sair do papel...

6. Pelo segundo ano consecutivo, as associações e colectividades do concelho de Ovar continuam a ver os seus apoios e incentivos ordinários reduzidos a metade, por parte da autarquia;

7. Enquanto espaço privilegiado para atracção de investimento empresarial e desenvolvimento económico, a Zona Industrial de Ovar continua entregue à sua sorte, com os terrenos à mercê da especulação e os espaços públicos cada vez mais abandonados e sem qualquer tipo de beneficiação, há mais de um década;

8. A Passagem Superior sobre a linha de caminho-de-ferro, a Norte da zona industrial de Ovar, continua parada e a apodrecer;

9. A tão prometida Aldeia do Carnaval já foi remetida para as “calendas gregas”;

10. Fruto da burocracia e da inércia reinante, a Casa Museu Júlio Dinis, onde viveu durante algum tempo esse vulto da literatura portuguesa do Século XIX, continua fechada há vários anos, sem se perspectivar uma data para a reabertura;

11. O Centro Interactivo de Matemática, com localização prevista para a zona da Ribeira, é já um projecto irremediavelmente perdido;

12. As tentativas de venda de um terreno na praia do Furdouro para a construção de um Hotel revelaram-se, até à data, infrutíferas;

13. É já certo de que os protocolos assinados, ainda no ano passado, entre a Câmara Municipal de Ovar e a REFER para a construção de quatro passagens desniveladas não serão concluídas até ao final do corrente ano de 2007, tal como estava previsto e foi acordado;

14. Apesar de mais de uma década de promessas e expectativas, a construção do Bairro Piscatório de Esmoriz não passa disso mesmo... de promessas, para desespero das milhares de pessoas que lá vivem, muitas delas, em condições desumanas e em permanente sobressalto com as investidas do Mar;

15. A construção de Habitação Social para fazer face às muitas carências que a população do concelho apresenta anda “a passo de caracol” e, nem de longe nem de perto, satisfaz as necessidades identificadas em inúmeros diagnósticos já realizados;

16. A criação e/ou valorização de espaços verdes públicos para usufruto da comunidade, tais como, o Parque do Buçaquinho (Esmoriz/Cortegaça), a zona envolvente da Fonte do Estanislau (Arada/Maceda) e o Parque da Senhora de Entre-Águas continuam a ser miragens e não passam de “boas intenções”;

17. A falta de estacionamento continua a ser uma dor de cabeça para centenas de pessoas que se deslocam ao centro da cidade de Ovar para os

seus empregos ou para as mais diversas actividades quotidianas;

18. A zona envolvente da Estação de Caminho-de-Ferro de Ovar, quer na zona Poente (pertencente à freguesia de Ovar), quer a zona Nascente (pertencente à freguesia de S. João), encontra-se numa situação de profunda degradação urbanística, sendo acolhedora de todo o tipo de marginalidade e insegurança;

19. Pese embora todo o seu inegável valor histórico e patrimonial, as Fontes de Ovar encontram-se num estado de profundo abandono e deterioração, que em nada honram a memória do seu passado, nem o orgulho que poderiam ser no presente;

20. Em 2006, o nível de investimento municipal foi o mais baixo dos últimos três anos, apesar do significativo aumento das receitas dos impostos municipais (impostos directos: +13%, impostos indirectos: +80%, imposto municipal sobre imóveis: +30% e imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis: +30%);

Por tudo isto, uma conclusão parece-nos óbvia: os últimos dois anos de gestão autárquica foram os piores anos de progresso e de desenvolvimento para o concelho de Ovar e para as suas 8 freguesias.

As acumulações de altos cargos do Presidente da Câmara

O investimento parou, as assimetrias aumentaram e por isso, as pessoas estão desencantadas e desiludidas.

E tudo isto, paradoxalmente, num cenário alargado de acumulação de funções do Presidente da Câmara em vários cargos públicos e “fora” de Poder:

- O Senhor Presidente da Câmara é Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;

- O Senhor Presidente da Câmara é Presidente do Conselho de Administração da empresa municipal OVARFORMA – Empresa Municipal para o Ensino e Formação;

- O Senhor Presidente da Câmara é membro do Conselho de Administração da SIMRIA - Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro;

• O Senhor Presidente da Câmara é membro do Conselho de Administração da Associação de Municípios da Ria;

• O Senhor Presidente da Câmara é membro do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses;

Até é bom que o Presidente da Câmara Municipal de Ovar acumule todos estes cargos e funções.

Mas seria melhor para o nosso Concelho, se o Senhor Presidente da Câmara soubesse, e conseguisse, tirar partido dessa sua participação, SEMPRESSE, em prol do seu concelho e da sua população.

Infelizmente, não é isso que se tem verificado.

Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores: nunca como agora o Concelho de Ovar sofreu um ataque político tão forte em termos de encerramento de serviços e de forte discriminação negativa por parte de um qualquer Governo, nos últimos 30 anos.

Alguns serviços públicos já encerraram. Outros estão com data marcada. Outros ainda estão ameaçados de encerramento.

Por exemplo, na área da Saúde, o serviço de Pediatria do Hospital de Ovar já encerrou, no início deste ano.

O Serviço de Urgência está prestes a ser transformado em Serviço de Atendimento Permanente, das 8h às 24h, com o apoio e cumplicidade do executivo socialista da Câmara Municipal de Ovar.

A construção do Centro de Saúde de S. João de Ovar está parada por abandono da obra pelo empreiteiro.

E os tão justamente reclamados novos Centro de Saúde de Maceda e Válega foram substituídos por promessas de não encerramento dos actuais instalações.

Na área do Ambiente não foi encerrado nada, porque não há nada para encerrar.

Mas, é público e notório, o abandono da Ria de Aveiro, que já é mais conhecida por “terra de ninguém”.

Para além do abandono governamental da Barrinha de Esmoriz, agora à mercê dos esgotos de outros concelhos e de muitas ligações clandestinas do nosso próprio concelho.

Sobre a necessidade de protecção da orla costeira do concelho de Ovar, os recentes episódios de avanço do mar no bairro piscatório de Esmoriz, evidenciaram, mais uma vez, a necessidade urgente de uma intervenção de fundo que tarda em acontecer.

Na cidade de Esmoriz, o encerramento da repartição de Finanças já não é só uma ameaça. Será uma realidade a curto prazo...

Ainda em Esmoriz, já circulam informações que dão conta de um possível encerramento do posto da GNR naquela cidade.

Na área da Justiça, o novo “mapa judiciário” promete, também,

subalternizar a nossa Comarca perante as demais...

A introdução de portagens na A29 é outra ameaça com data de concretização em ... 2007.

E, mais recentemente, surgiu a intenção da empresa pública Correios de Portugal reduzir, de imediato, o horário de funcionamento da Estação de Correios de Maceda, quiçá, para mais tarde proceder ao seu encerramento definitivo.

Isto já é demais! É preciso dizer BASTA!

O Estado Central não se pode demitir de servir as populações.

O Estado Central não deve, nem pode, basear as suas opções políticas em argumentos meramente economicistas, dando uma forte machada na coesão social do nosso território.

O Estado tem de cumprir com as suas obrigações constitucionais perante todos os cidadãos, mas, em especial, perante os mais desfavorecidos e necessitados.

Os 55 mil cidadãos do Concelho de Ovar pagam os seus impostos e cumprem com os seus deveres perante o Estado. As milhares de empresas localizadas no município criam emprego, geram riqueza e contribuem para os cofres do Estado.

Por tudo isto, a Câmara Municipal de Ovar não pode meter a cabeça na areia e fazer de conta que nada pode fazer. Pode e deve fazer muito.

Importa, por isso, abandonar a atitude de passividade e até de cumplicidade, contrariando, com coragem e determinação, “as vozes de comando” emanadas de Lisboa.

Os Vereadores do PSD estarão sempre ao lado das populações e colocarão os interesses da nossa Terra SEMPRESSE EM PRIMEIRO LUGAR.

Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores: para além de fazer o balanço dos primeiros 21 meses deste mandato autárquico, e em coerência com a atitude activa e construtiva que assumimos desde a primeira hora, os Vereadores do PSD gostariam de abrir novas avenidas de discussão sobre os temas fundamentais que dizem respeito ao presente, mas sobretudo ao futuro, do Concelho de Ovar.

A incapacidade de estabelecer soluções estratégicas e de as levar a cabo

No cenário actual de economia global, a competição entre as diferentes regiões ou municípios intensificou-se.

O âmbito concorrencial é hoje global e não se resume às regiões, ou mesmo aos países, mas sim a todo o globo, independentemente da área de negócio em que actuemos.

Face a este cenário, os decisores políticos têm de estabelecer estratégias de vanguarda que posicionem os municípios, as regiões ou mesmo os

países, numa posição privilegiada face aos presumíveis concorrentes.

Face aos desafios impostos pela acentuada internacionalização dos mercados de factores e de bens, a competitividade dos países e das regiões passa, em grande parte, pela capacidade das empresas, mas também dos governos nacionais e locais, de definirem estratégias activas de internacionalização.

As intervenções ao nível da provisão de bens e serviços públicos, bem como as acções coordenadas entre empresas e instituições no domínio daquilo que, vulgarmente, se designa por eficiência empresarial colectiva, constituem os domínios centrais para o sucesso dessas estratégias e, em consequência, para a promoção da competitividade territorial.

O reconhecimento da relevância do nível infra-nacional para as intervenções referidas converge, pelo menos em parte, com a ideia mediatizada pelo slogan “think global, act local”.

Os países, as regiões e os municípios precisam de promover o aparecimento de uma nova classe empresarial, assente num profundo conhecimento académico, científico, tecnológico e da história do país, virada para negócios de base tecnológica e com uma crescente componente de informação e conhecimento.

Esta alteração de paradigma obriga a uma maior capacidade académica, científica e tecnológica dos recursos humanos do país e das empresas, assim como, à necessidade de criar uma maior competitividade dos sistemas de ensino, formação profissional e educação ao longo da vida.

Implica também a capacidade de desenvolver uma nova cultura empresarial baseada na inovação, na competência e no empreendedorismo

e uma administração pública magra, ágil e flexível onde o espírito de missão e de serviço sejam reencontrados.

Tudo isto, poderá parecer um assunto distante para a nossa Terra, mas se não percebermos estes novos paradigmas, não saberemos encontrar as melhores estratégias e implementar as acções mais adequadas para promover verdadeiramente a mudança capaz de nos transportar para os níveis exigíveis de desenvolvimento do nosso Município.

Mas se é preciso ter um espírito aberto para fazer uma correcta leitura da actualidade à escala global, é também importante não perder de vista dois grandes flagelos que preocupam, no presente, muitos dos nossos concidadãos.

Refiro-me ao DESEMPREGO e à INSEGURANÇA.

Relativamente ao desemprego, o nosso concelho continua a apresentar, um número muito elevado, um dos mais elevados do Distrito de Aveiro. Um número próximo dos 3.000 desempregados inscritos no Centro de Emprego, embora esse número, na realidade seja muito superior.

É um flagelo que resulta da conjuntura nacional e internacional e que têm consequências entre nós ao nível da deslocalização, total ou parcial, de grandes multinacionais.

Este problema afecta muitas famílias do nosso concelho que vivem em condições de desespero absoluto, agravado pelo facto das principais vítimas serem principalmente mulheres e com baixas qualificações o que dificulta a sua inserção no mercado de trabalho.

Embora a Câmara Municipal não tenha aqui a única resposta para este problema, pode, no entanto, ter um papel importante a desempenhar.

A Câmara Municipal de Ovar pode e deve ser um parceiro dinâmico e



mobilizador de outras instituições e vontades colectivas.

E porque reconhecemos aquilo que de bom é feito (ou está previsto ser feito), os Vereadores do PSD saudam a criação em Ovar de uma delegação do Centro de Emprego, para breve.

Aliás, recordamos que foi há dois anos atrás, concretamente no dia 1 de Maio de 2005, que o PSD defendeu publicamente a criação deste serviço. Na altura, em consequência do despedimento de 75 trabalhadores da Universal Motors e da ameaça, que entretanto se concretizou, do despedimento de centenas de trabalhadores da Philips e da Yazaki Saltano.

Embora esta iniciativa seja positiva, a verdade é que há ainda um longo trabalho a percorrer nesta matéria. Por isso, as autoridades públicas devem continuar empenhadas na resolução deste grave problema. Uma dos mais graves problemas da actualidade.

Claro está que uma das principais consequências do elevado nível de desemprego é a falta de segurança.

A segurança é, desde logo, um valor essencial a preservar em qualquer sociedade.

O desenvolvimento e concretização de medidas que visem garantir a segurança, a tranquilidade pública e o regular exercício dos direitos liberdades e garantias dos cidadãos, são objectivos que têm que nortear permanentemente o Estado na sua actuação.

Por isso mesmo, as questões de segurança, pelo carácter nacional que assumem, devem ser tratadas numa comunhão de esforços entre a administração central e a administração local.

As autarquias, pelo seu contacto mais próximo com os cidadãos, não podem ficar à margem desta importante tarefa.

Os níveis de criminalidade no concelho de Ovar têm aumentado significativamente e o clima de medo e insegurança tem alastrado a toda a comunidade.

Em nossa opinião, e tal como já o tínhamos afirmado no ano transacto, a insegurança combate-se com firmeza, com determinação e com muita coragem.

Factores que têm sido apanágio das nossas forças de segurança (PSP e GNR), mas que importa apoiar e incentivar permanentemente, de forma a transmitir aos criminosos e delinquentes que em Ovar existe Ordem Pública.

Nesta matéria, constituem grandes motivos de preocupação para os Vereadores do PSD as últimas informações que dão conta do eventual encerramento do posto da GNR de Esmoriz, assim como, o facto da praia do Furadouro ter iniciada esta época balnear sem o habitual reforço policial, devido a meros problemas burocráticos da estrita responsabilidade do Ministério da Administração Interna.

Uma referência às oportunidades de futuro de Ovar

Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores: identificados os flagelos, importa agora fazer uma referência às oportunidades.

As oportunidades que decorrem da revisão do Plano Director Municipal e da recente aprovação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013.

A revisão do Plano Director Municipal já se iniciou no ano de 2001. Em 2005, completaram-se dez anos da sua existência e, portanto, terminou o seu período de vigência. Contudo, parece-nos que, este que poderia ser documento estratégico e fundamental para a promoção do desenvolvimento social, económico e ambiental do nosso concelho, não está a merecer uma atenção prioritária por parte da gestão socialista.

Por isso, reafirmamos hoje as dúvidas manifestadas no ano passado. Temos sérias dúvidas que a revisão do PDM seja concluída neste mandato, ou seja, até 2009.

Mas, se por um lado, temos dúvidas, por outro lado, temos certezas sobre a falta que este documento faz para o ordenamento físico e para a gestão urbanística no nosso território. O apelo aqui fica mais uma vez.

Relativamente ao novo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) o nosso país vai beneficiar de 21,5 mil milhões de euros de fundos

comunitários, no período 2007-2013.

O QREN 2007-2013 assume como grande designio estratégico a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.

A prossecução deste grande designio estratégico, indispensável para assegurar a superação dos mais significativos constrangimentos à consolidação de uma dinâmica sustentada de sucesso no processo de desenvolvimento económico, social e territorial de Portugal, é assegurada pela concretização, com o apoio dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, por todos os Programas Operacionais, no período 2007-2013, de três grandes Agendas Operacionais Temáticas, que incidem sobre três domínios essenciais de intervenção, o potencial humano, os factores de competitividade da economia e a valorização do território.

A concretização destas três Agendas Temáticas é operacionalizada, no respeito pelos princípios orientadores assumidos pelo QREN - da concentração, da selectividade, da viabilidade económica e sustentabilidade financeira, da coesão e valorização

territoriais e da gestão e monitorização estratégica - pelos Programas Operacionais Temáticos e pelos Programas Operacionais Regionais do Continente.

Pela sua localização na Região Centro, o Concelho de Ovar terá acesso a parte dos 1,7 mil milhões de euros de fundos comunitários alocados ao Programa Operacional do Centro. Isto para além da possibilidade de concorrer aos Programas Operacionais Temáticos de âmbito nacional.

Portanto, oportunidades de financiamento não vão faltar. Haja, por parte da autarquia, "engenho e arte" para conseguir trazer o maior volume possível de financiamento para o Concelho de Ovar.

Por último, gostaríamos de deixar aqui um desafio ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ovar.

O desafio de formular um convite ao Senhor Presidente da República para visitar oficialmente o Concelho de Ovar no próximo ano a fim de inaugurar uma obra que está em construção e que, previsivelmente, estará concluída do próximo ano, a Avenida da Praia de Cortegaça.

Estamos em crer que, desta forma, o Concelho e a Vila de Cortegaça ficariam honrados com a visita da mais Alta Figura do Estado Português e que, em nossa opinião, deveria ser merecedora de uma distinção com a Medalha de Ouro do Município de Ovar.

- **Álvaro Santos, Vereador pelo PSD, da Câmara Municipal de Ovar**

Notícias de Aveiro

Comemorações do Dia dos Avós

A Câmara Municipal de Aveiro celebra o Dia dos Avós no dia 26 de Julho, das 10.00 às 17.30 horas, no Parque Infante D. Pedro.

Integrada no Projecto "Viver a Idade", numa parceria entre a Câmara Municipal de Aveiro, a Junta de Freguesia da Glória e entidades locais, esta iniciativa dirige-se a todos os idosos do Concelho que pretendam passar um dia diferente e alegre.

Assim, e de forma a comemorar o Dia dos Avós, a autarquia preparou um conjunto de actividades para o dia 26 de Julho, convidando toda a população sénior a participar, tais como, peddy paper, jogos e danças tradicionais, aula de ginástica intergeracional, demonstração de Chi Kung e de Capoeira, ateliers diversos e baile.

Os principais objectivos do projecto "Viver a Idade" baseiam-se na promoção de iniciativas conjuntas, com vista à sensibilização da sociedade para a importância e valorização da população sénior, numa perspectiva de cidadania activa e na fundamentação da

partilha de experiências e saberes entre "os menos jovens" das várias freguesias e instituições concelhias, com a sociedade em geral, contribuindo, assim para a melhoria da qualidade de vida dos idosos.

O programa do Dia dos Avós é o seguinte:

10.00 horas – Peddy Paper – Associação de Amigos do Parque; - Jogos Tradicionais – Grupo de Jovens da Paróquia da Glória

10.30 horas – Danças Tradicionais;

11.00 horas – Aula de ginástica intergeracional;

11.45 horas – Demonstração de Chi Kung – João Paulo;

12.30 horas – Almoço convívio

14.30 horas – Ateliers diversos; Demonstração de Capoeira – Grupo Muzenza;

- Coreografia – Patronato de Nossa Senhora de Fátima; - Cantares – Grupo Cénico "Cantares da Ria"; - Dança – CSCDA 513;

16.00 horas – Entrega de Prémios do Peddy Paper e do concurso "avósnetos";

16.30 horas – Lanche Convívio;

17.00 horas – Baile Convívio

17.30 horas – Encerramento.

Exposição de fotografias de aluno da Escola Dr. Mário Sacramento

A Câmara Municipal de Aveiro patrocina a exposição de fotografia dos alunos da Escola Secundária Dr. Mário Sacramento "Arte Nova e Outros Patrimónios" de 24 de Julho a 5 de Agosto, na Galeria dos Paços do Concelho.

Com inauguração marcada para as 17.00 horas hoje, a exposição "Arte Nova e Outros Patrimónios" pode ser visitada até 5 de Agosto, de Terça a Domingo, das 14.00 às 19.00 horas, na Galeria dos Paços do Concelho. Tem entrada livre.

Os autores das fotografias são os alunos do 12º ano da Escola Dr. Mário Sacramento que foram desafiados a registar e tornar visíveis os testemunhos que revelam fragmentos de pessoas e ambientes, muitas vezes escondidos atrás do esquecimento e da rotina do olhar apressado. – **Gab. Imp. CMA**



Notícias de Portimão

Vereador PSD, preocupado com o problema das cirurgias oncológicas, procura fazer-se ouvir na AR

João Amado, vereador pelo PSD de Portimão, dirigiu-se à Assembleia Nacional, por intermédio do deputado algarvio e presidente da CPS do PSD, Mendes Bota, expondo um problema grave da sua cidade, que aqui reproduzimos:

Segundo estudo da Unidade Central de Gestão de Inscritos para Cirurgia, o tempo médio de espera para cirurgia oncológica no Algarve é de 6,6 meses. Segundo esta Unidade, organismo do Ministério da Saúde responsável pelo SIGIC (programa de recuperação das listas de espera cirúrgicas), a média de espera nacional é de 3,5 meses, constituindo o Algarve a região onde os doentes com cancro mais esperam por uma cirurgia.

Durante o corrente mês, a Sra. Secretária de Estado Adjunta da Saúde, Dra. Carmen Pignatelli, afirmou que a espera diminui, a nível nacional, para 1,5 meses.

Reagindo aqueles dados, o Conselho Distrital da Ordem dos Médicos veio denunciar a forma “aligeirada e insultuosa” como foi divulgada aquela informação, pondo em causa o seu rigor. Afirma ainda que o estudo em causa veio “ampliar os níveis de ansiedade e sofrimento dos doentes e seus familiares”.

Importa esclarecer se há ou não listas de espera cirúrgica para doentes oncológicos no Algarve. A existirem, e apresentando os tempos referidos, urge tomar medidas que permitam a sua drástica redução. A não existirem, compete às entidades competentes repor a verdade e eliminar situações de alarmismo, particularmente sensíveis para todos aqueles a quem é diagnosticada esta patologia.

Solicito assim a Vossa Excelência, para que não restem quaisquer dúvidas sobre a realidade, que, através das formas que entender como mais adequadas, solicite à Secretária de Estado da Saúde, Administração Regional de Saúde do Algarve, Hospital Distrital de Faro, Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio e Ordem dos Médicos, dados actualizados sobre o número de doentes oncológicos a aguardar cirurgia, e qual tempo médio de espera na Região e em cada um dos Hospitais públicos do Algarve. - **João Amado, Vereador da Câmara Municipal de Portimão**

Notícias de Setúbal

O “metro” Sul do Tejo e algumas preocupações de pormenor

O Deputado por Setúbal, Luís Rodrigues, dirigiu ao Presidente da AR, o seguinte requerimento, relativo a preocupações do distrito sobre alguns aspectos da obra do “metro”, em construção e cujo texto se segue:

O METRO SUL DO TEJO (MST) é um projecto de primordial importância para a mobilidade dos cidadãos que habitam e trabalham na zona noroeste da Península de Setúbal.

Este investimento, que tem sido alvo de várias vicissitudes, nomeadamente, paragens e atrasos, levou a que o Governo tivesse ordenado a abertura extemporânea de um pequeno troço, sem uso aceitável, entre Corroios e Cova da Piedade (Centro Sul).

Em devido tempo diversos moradores da área denominada “Triângulo da Ramalha” manifestaram-se contra o traçado inicial do Metro do Sul do Tejo na intercepção das três redes, apresentando soluções.

Esta atitude da sociedade civil obrigou o Governo a encontrar, sob proposta do Gabinete do MST, um novo traçado, mais simples e mais barato.

Através do Despacho n.º 06.07/05, de 22 de Julho de 2005, da Secretária de Estado dos Transportes, esta decidiu adoptar a solução que definiu que as Linhas 2 e 3 utilizariam a Rua de Alvalade no Triângulo da Ramalha.

No passado dia 16 ao visitar as obras do MST na Ramalha constatei que o Despacho da Sr.ª Secretária de Estado não está a ser cumprido, ou seja, na Rua de Alvalade só está a ser construída a linha Corroios/Universidade, não estando a ser executada nessa artéria a linha Universidade/Cacilhas.

Não se conhece publicamente nenhum despacho da Sr.ª Secretária de Estado a alterar o anterior, nem qualquer outro diploma/despacho de outro membro do Governo a alterar, modificar ou corrigir esse despacho.

Como é possível a obra estar a ser executada desrespeitando o despacho de um membro do Governo? Publicamente a Sr.ª Secretária de Estado assume uma posição de facto a obra está a ser feita de forma diferente.

Considero que ou a população foi e está a ser enganada, ou o Governo



não está articulado com os serviços prejudicando as populações envolvidas.

Neste caso a responsabilidade é sempre do Governo.

Importa também saber se já está renegociado o contrato com o concessionário, pois a obra está em curso e até ao momento não se conhece os custos dessa negociação, nem os novos prazos, nem as outras novas condições contratuais.

As notícias vindas a público apontavam para acréscimos de custos da ordem dos 70 milhões de euros.

Como se sabe, a paragem das obras e os atrasos foram provocados principalmente pela não disponibilização de terrenos pela Câmara Municipal de Almada.

Como já referi é preciso saber quanto custam os atrasos, mas também é importante saber quem vai pagar esses “milhões”. Será o Governo e/ou a Câmara Municipal de Almada?

Nestes termos,

Vem o Deputado abaixo-assinado requerer ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e à Câmara Municipal de Almada, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais

aplicáveis, com carácter de urgência, as seguintes informações:

1. Existe alguma alteração ao Despacho n.º 06.07/05 da Secretária de Estado dos Transportes, de 22 de Julho de 2005?

2. Qual a razão dos trabalhos no terreno não cumprirem o Despacho mencionado em 1?

3. Quais as medidas que vai tomar o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações para fazer cumprir o Despacho mencionado em 1?

4. Já está renegociado e assinado o contrato com o consórcio concessionário?

5. Quais os desvios quantificados do valor inicial e quais as suas causas?

6. O MOPTC já avaliou os encargos decorrentes dos atrasos relativos aos prazos inicialmente definidos?

7. Se existirem encargos, o que parece óbvio, inerentes aos atrasos devidos à não disponibilização dos terrenos pela Câmara Municipal de Almada quem irá pagar? Será o Município ou o Governo?

8. Qual a nova data prevista para início da exploração total da 1.ª fase do MST? - **Luís Rodrigues, deputado pelo PSD do Distrito de Setúbal**

Notícias de Santarém

“2º Encontro Distrital dos Presidentes de Junta de Freguesia Sociais-Democratas”

Na sexta-feira, os Presidentes de Junta do Distrito de Santarém, efectuaram uma reunião de trabalho no Sardoal com o seguinte

PROGRAMA

13 de Julho (Sexta-Feira) – Centro Cultural do Sardoal, na vila do Sardoal

21h00m: Recepção dos Convidados

21h15m: Sessão de Abertura

- Fernando Moleirinho, Presidente da Câmara Municipal do Sardoal Representante dos Autarcas Sociais-Democratas (ASD)
- Vasco Cunha, Presidente da Comissão Distrital do PSD de Santarém

21h30m: “Que caminhos podem trilhar as Juntas de Freguesia?”

- Armando Vieira, Presidente da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE)
- João Paulo Zby, Professor Universitário e Investigador

22h00m: Debate

22h45m: Sessão de Encerramento

- Manuel Serras, Presidente da Junta de Freguesia de Alcaravela
- Vasco Cunha, Presidente da Comissão Distrital do PSD de Santarém

– CPD/PSD.Santarém



Notícias de Braga

Plenário Concelhio do PSD efectuou balanço de 2 anos de mandato Autárquico

A Secção de Braga do PSD reuniu em Plenário Concelhio na Sexta-feira, dia a partir das 21:30 horas, no Hotel Turismo, em Braga.

Da agenda desta reunião constaram o Período de Informações reservado à Comissão Política de Secção, a Análise da Situação Política Local e a Análise da Situação Política Nacional.

O período de informações foi aproveitado para o Presidente da Comissão Política Concelhia (CPS-PSD), Ricardo Rio, dar conta dos mais recentes desenvolvimentos do projecto de reconstrução da Sede Concelhia, cujas obras se encontram em fase avançada e decorrem a bom ritmo.

No ponto de Análise da Situação Política Local, além de se promover a auscultação dos Militantes da Secção sobre as matérias mais candentes da Gestão Municipal e as iniciativas que estes entendem deverão ser implementadas pela CPS-PSD de Braga, foi também efectuado o balanço pelos líderes dos Autarcas do Partido na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal de Braga do trabalho desenvolvido pelas suas equipas ao longo dos primeiros dois anos deste mandato Autárquico.

Como não poderia deixar de ser, tendo em conta que o actual Presidente da Mesa da Assembleia de Secção é também o Secretário-Geral do PSD e Deputado eleito por este Círculo, os Militantes da Secção aproveitaram para aprofundar o debate em torno da situação política nacional, transmitindo ao Dr. Miguel Macedo as suas principais preocupações com as políticas seguidas pelo Governo Socialista nas várias áreas de intervenção.

O Plenário de Secção é aberto a todos os Militantes e Simpatizantes do Partido Social-Democrata.

- CPS/PSD-Braga

Actividade da JSD Açoriana Dirigentes regionais visitam Flores e Corvo

Os dirigentes regionais da JSD/Açores visitaram, na semana passada, as ilhas das Flores e do Corvo. A comitiva dos jovens social-democratas foi liderada pelo presidente da organização de juventude do PSD/Açores, Cláudio Almeida, e integrou ainda Vera Moniz, João Paulo Medeiros e Bruno Gonçalves, membros da comissão política regional.

“A proximidade com os nossos militantes e com as nossas estruturas tem sido uma aposta forte da JSD”, afirmou Cláudio Almeida sobre os contactos que vêm sendo efectuados com a juventude açoriana, acrescentando que a ida ao Grupo Ocidental se insere “numa acção que temos desenvolvido junto da juventude”.

“A visita às Flores e ao Corvo corresponde também a um périplo pelas ilhas dos Açores, tendo sido já



percorrido praticamente todo o arquipélago”, referiu.

Naquelas duas ilhas, a comitiva da organização de juventude do PSD/Açores vai visitar “alguns locais de interesse para os mais novos, reunindo com os seus militantes, de forma a fazer o renascer a JSD nas Flores e no Corvo, ficando assim toda a Região com estruturas organizadas em funcionamento”.

Segundo Cláudio Almeida, é ainda intenção da JSD/Açores “ouvir os jovens do Grupo Ocidental no que diz respeito ao contributo que a estrutura pretende dar para combater a desertificação das ilhas mais pequenas”.

“Continua a ser uma batalha nossa a fixação dos jovens açorianos nas suas terras de origem. E é para continuar”, disse o líder da JSD/Açores.

– CPR/JSD-Açores

Secção de Almada inicia Campanha de sensibilização para o consumo em excesso do álcool

Aproveitando o período do Verão, época em que se cometem alguns excessos, a JSD de Almada decidiu iniciar uma Campanha de sensibilização junto dos jovens Almadenses, que visa alertar os mesmos para os malefícios do consumo em excesso do álcool.

Esta campanha iniciou-se no passado dia 18 de Junho com uma acção de formação que decorreu na sede local da JSD de Almada e que contou com a presença de algumas dezenas de interessados, entre os quais o Secretário-Geral Adjunto do PSD, o Deputado Luis Rodrigues.

Posteriormente esta Campanha (dia 21 Julho 2007) será dinamizada no exterior, nomeadamente junto de bares do Concelho de Almada, na qual a JSD de Almada irá distribuir folhetos informativos e realizar o teste do álcool.

Se consciente, se conduzires não bebas! Porque para seres “Cool” não precisas de beber!

Este é um conselho da JSD de Almada. – CPS/JSD-Almada



Comunicado da distrital de Setúbal

O Governo está a matar a saúde dos Portugueses

A Comissão Política Distrital de Setúbal vem por este meio manifestar a sua profunda indignação, e lançar o seu grito de revolta e incredibilidade, face a mais uma decisão inqualificável do Ministério da Saúde, neste caso ao encerrar os Serviços de Atendimento Permanente (SAP) dos Centros de Saúde do Seixal e de Corroios.

Esta medida mostra claramente que o Sr. Ministro Correia de Campos para tentar dar saúde aos cofres do Ministro procura debilitar a saúde dos Portugueses.

É que se há matérias onde não podem existir medidas economicistas são aquelas que são essenciais para o assegurar da vida humana, e com este desgoverno que está à frente do Ministério da Saúde e do Governo de Portugal, o que fica claro, é que para os governantes é mais importante o dinheiro que as pessoas e mais prioritário gerar menos défice no orçamento do que promover maior bem-estar social.

Nós não nos podemos conformar, associamo-nos aos protestos dos Utentes (que não vivem no Deserto, nem são portugueses de 2ª) e exigimos que esta decisão seja revogada, e que haja da parte do Primeiro Ministro, José Sócrates, uma tomada de posição firme sobre a Política de Saúde para Portugal.

Com uma certeza, a melhor medida a tomar neste Sector é mesmo a demissão do actual Ministro da Saúde!

– Nuno Matias, CPD/JSD-Setúbal



Regulamento da Eleição Directa do Presidente da Comissão Política Nacional e do XXX Congresso Nacional

CAPÍTULO I DA ELEIÇÃO DIRECTA DO PRESIDENTE DA COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

Artigo 1º
(Eleição do Presidente da CPN)

1. A eleição do Presidente da Comissão Política Nacional realiza-se no dia 28 de Setembro de 2007, entre as 18 e as 23 horas e é convocada, em simultâneo com a eleição dos delegados ao XXX Congresso Nacional, nos termos do disposto no artigo 7º.

2. O Presidente da Comissão Política Nacional é eleito pelos militantes do Partido, com capacidade eleitoral activa, por sufrágio universal, directo e secreto e com voto nominativo, não sendo aplicável a esta eleição o disposto no nº 4 do artigo 4º do Regulamento de Admissão e Transferência de Militantes.

3. Os militantes com quotas em atraso à data da aprovação deste Regulamento serão notificados do prazo limite para pagamento das respectivas quotas.

4. Os cadernos eleitorais serão remetidos pelos Serviços Centrais às Secções em 20 de Setembro de 2007.

5. As candidaturas a Presidente da Comissão Política Nacional devem ser subscritas por um mínimo de 1500 militantes com capacidade eleitoral, só podendo, cada militante subscrever uma única candidatura.

6. As declarações de subscrição devem conter o nome, o número de Bilhete de Identidade, o número de militante e a assinatura.

7. As candidaturas a Presidente da Comissão Política Nacional devem ser acompanhadas por uma Proposta de Estratégia Global, apresentada em suporte informático e uma cópia em papel.

8. Para a eleição do Presidente da Comissão Política Nacional, as candidaturas e as propostas de estratégia global devem ser entregues ao Conselho de Jurisdição Nacional até às 18 horas do dia 21 de Setembro de 2007, acompanhadas das assinaturas originais.

9. O Conselho de Jurisdição Nacional assegura a transparência, garante a imparcialidade e fiscaliza a regularidade do processo eleitoral.

10. Cada candidatura designará dois representantes (sendo um efectivo e um suplente) para acompanhar os procedimentos eleitorais junto do Conselho de Jurisdição Nacional, podendo fornecer e solicitar informações, com vista a maior eficácia de fiscalização e transparência do acto eleitoral.

11. As eleições decorrem em cada uma das Secções e são presididas pelo Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou por quem legalmente o possa substituir, devendo haver em cada Mesa urna própria, exclusiva e identificada, da Eleição do Presidente da Comissão Política Nacional.

12. Os militantes em cuja área de residência não exista Secção são informados, por comunicação do Secretário-Geral, da Secção onde podem exercer o direito de voto nas eleições para Presidente da CPN.

13. O apuramento da eleição do Presidente da Comissão Política Nacional é feito segundo o método maioritário.

14. Após o acto eleitoral, será elaborada, pela Mesa, uma acta das operações de votação e do apuramento, a qual deverá ser assinada pelo Presidente e pelos representantes indicados pelas candidaturas.

15. Os resultados são, de imediato, comunicados à Sede Nacional pelo Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, que fará entrega ao Conselho de Jurisdição Distrital do original das actas de apuramento dos resultados eleitorais, dos cadernos eleitorais e dos boletins de voto em envelopes fechados e rubricados pela Mesa e pelos representantes das candidaturas.

16. O Conselho de Jurisdição Distrital deve emitir comprovativo da referida entrega, conservando em seu poder toda a documentação eleitoral mencionada no número anterior.

17. O extracto da acta de apuramento dos resultados da Eleição para Presidente da Comissão Política Nacional é publicado no Povo Livre online no dia 29 de Setembro de 2007.

18. As Secções do Partido nas Comunidades Portuguesas no Estrangeiro procedem nos mesmos termos referidos nos números 11, 12, 13 e 15, fazendo o envio da documentação ali mencionada, ao Conselho de Jurisdição Nacional, por correio registado, até ao dia 3 de Outubro de 2007.

19. Para fiscalização do acto eleitoral, cada candidatura a Presidente da CPN, deve indicar ao Conselho de Jurisdição Nacional, até às 18 horas do dia 24 de Setembro de 2007, os respectivos representantes e suplentes para cada secção de voto, tendo em consideração o disposto no número seguinte.

20. Sempre que o elevado número de votantes o justifique, poderá haver mais que uma mesa de voto, devendo, nesse caso, o Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, por efeitos do número anterior, comunicar ao Conselho de Jurisdição Nacional, até 14 de Setembro de 2007, o número de mesas de voto.

21. As despesas efectuadas com as candidaturas são da exclusiva responsabilidade dos candidatos.

CAPÍTULO II DO XXX CONGRESSO NACIONAL

Artigo 2º
(Data e Ordem de Trabalhos)

O XXX Congresso Nacional do Partido Social Democrata reúne, em sessão extraordinária nos dias 12,13 e 14 de Outubro de 2007, em Torres Vedras, no Pavilhão Multiusos da Expotortes, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 – Apresentação e discussão das Propostas apresentadas ao Congresso
Ponto 2 – Eleição dos órgãos nacionais

Artigo 3º
(Organização dos Trabalhos)

1. Os trabalhos decorrerão de acordo com o seguinte programa:

Sexta-feira, 12 de Outubro de 2007

15h00 – Início da credenciação

19h30 – Início do Congresso

Sábado, 13 de Outubro de 2007

10h00 – Reinício dos trabalhos

No fim das intervenções – votação das Propostas

24h00 - fim do prazo de entrega das candidaturas aos Órgãos Nacionais

Domingo, 14 de Outubro de 2007

09h00 / 11h00 – Eleição dos Órgãos Nacionais

13h00 – Sessão de Encerramento

2. A distribuição dos tempos de intervenção processa-se da seguinte forma:
a) O Presidente da Comissão Política Nacional usará da palavra, sem limite de tempo, no início do debate, bem como no encerramento dos trabalhos e quando o solicitar à Presidente da Mesa;

b) Os membros da Comissão Permanente Nacional dispõem de 30 minutos;

c) Os Presidentes das Comissões Políticas Regionais dispõem de 15 minutos;

d) Os Presidentes das Comissões Políticas Distritais e os líderes das Organizações Especiais dispõem de 10 minutos;

e) O 1º subscritor de cada Proposta Temática dispõe de 10 minutos;

f) Aos restantes oradores será atribuído o tempo que resultar da divisão do tempo disponível pelos inscritos;

g) A acumulação de tempo por cedência de oradores inscritos não poderá exceder os 10 minutos;

h) A Mesa do Congresso determinará as interrupções para almoço e jantar.

Artigo 4º
(Delegados do PSD)

1. Os 750 delegados a eleger são rateados pelo Continente, Regiões Autónomas e Emigração, proporcionalmente ao número de militantes inscritos nos serviços centrais, na plenitude dos seus direitos, à data de 21 de Julho de 2007.

2. São atribuídos 18 delegados ao círculo da Emigração, 30 à Região Autónoma dos Açores, 35 à Região Autónoma da Madeira e garantindo um Delegado a cada Secção do Continente com mais de 40 militantes inscritos.

3. A diferença do número de Delegados atribuídos nos termos do número anterior e o total atribuído às Secções do Continente, será rateado proporcionalmente pelos militantes inscritos em cada uma, na plenitude dos seus direitos, à data de 21 de Julho de 2007.

4. O rateio do total dos delegados de cada uma das Regiões Autónomas pelas respectivas estruturas será determinado pelas Comissões Políticas

Regionais competentes.

5. O rateio do total dos delegados da Emigração pelas respectivas estruturas será determinado pelo Secretariado da Emigração.

Artigo 5º
(Delegados das Organizações Especiais)

Os 70 delegados a eleger pela JSD, os 70 delegados a eleger pelos TSD e os 70 delegados a eleger pela ASD são rateados pelos militantes, de acordo com os critérios definidos pelos órgãos nacionais competentes de cada uma daquelas organizações.

Artigo 6º
(Delegados por Inerência)

São Delegados ao Congresso, por inerência, os membros da Mesa do Congresso.

Artigo 7º
(Assembleia de Secção)

1. A Eleição dos Delegados do PSD do Continente, Regiões Autónomas e Emigração, com excepção dos delegados a eleger pelas organizações especiais, realiza-se em simultâneo com a do Presidente da Comissão Política Nacional, no dia 28 de Setembro de 2007, entre as 18 horas e as 23 horas locais, devendo as convocatórias das respectivas Assembleias de Secção ser entregues na redacção do “Povo Livre” até às 18h00 do dia 14 de Setembro de 2007, para efeitos de publicação em 19 de Setembro de 2007.

2. Os Serviços Centrais remetem às Secções, em 24 de Julho de 2007, o Regulamento do Congresso, o respectivo cronograma e o rateio dos Delegados referentes a cada Secção, sendo os cadernos eleitorais remetidos às mesmas Secções em 20 de Setembro de 2007.

3. Para a eleição dos Delegados do PSD, os militantes candidatar-se-ão através da apresentação de listas, que deverão ser entregues à Mesa da Assembleia de Secção, até às 24 horas do dia 27 de Setembro de 2007.

4. As candidaturas serão apresentadas por listas completas, propostas por 20 militantes ou 1/20 dos membros do órgão competente para a eleição, de acordo com o Caderno Eleitoral.

5. Não é permitida a aceitação de candidaturas do mesmo militante, em mais de uma lista, para o mesmo órgão.

6. Em qualquer dos actos eleitorais, só podem votar e ser eleitos os militantes que tenham efectuado o pagamento da respectiva quota até ao dia 18 de Setembro de 2007, através de qualquer dos meios previstos no Regulamento de Quotas, e estejam inscritos, respectivamente, há pelo menos seis meses ou um ano e no pleno exercício dos seus direitos.

7. O pagamento na Tesouraria da Sede Nacional, pode ser efectuado até às 18 horas do dia 18 de Setembro de 2007.

8. O apuramento dos Delegados é feito segundo o método de representação proporcional de Hondt.

9. Em caso omissis, reporta-se para o Regulamento Eleitoral, Estatutos ou para a Lei Geral em vigor.

Artigo 8º
(Participantes)

São Participantes no Congresso, sem direito a voto, os membros dos Órgãos Nacionais, os Deputados à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu, o primeiro militante eleito em cada Câmara Municipal, os militantes que sejam membros da Comissão Europeia e do “Gabinete Sombra”, o Director do “Povo Livre”, o Presidente da Comissão de Relações Internacionais, o Director do Gabinete de Estudos Nacional e os Secretários-Gerais Adjuntos.

Artigo 9º
(Observadores e Convidados)

Podem assistir ao Congresso os Observadores e Convidados pela Comissão Política Nacional devendo esta ratear os Observadores pelas Comissões Políticas Regionais e de Secção, pela JSD, TSD, ASD e pela Emigração em função do número de lugares disponíveis.

Artigo 10º
(Inscrição dos Delegados, Participantes e Observadores)

1. A inscrição de todos os Delegados, Participantes e Observadores processa-se mediante a remessa ao Secretário-Geral dos boletins de Inscrição próprios, autenticados pelos órgãos competentes, os quais devem dar entrada na Sede Nacional até às 18 horas do dia 3 de Outubro de 2007.

2. Tal inscrição será acompanhada pela quantia de 50 Euros, a remeter anexa ao boletim, estando isentos, os representantes das estruturas fora do Continente e da JSD.

3. As listas provisórias de Delegados e Participantes são publicadas na edição Online do “Povo Livre” a partir do dia 3 de Outubro de 2007.

4. As listas definitivas de Delegados e Participantes são publicadas na Edição do “Povo Livre” do dia 10 de Outubro de 2007.

Artigo 11º
(Substituições)

Depois de recebidas as inscrições dos Delegados só são permitidas substituições que dêem entrada nos serviços centrais até ao dia 9 de Outubro de 2007.

Artigo 12º
(Subscrição e Entrega das Propostas Temáticas)

1. As Propostas Temáticas devem ser remetidas ao Presidente da Mesa do Congresso até às 18 horas do dia 8 de Outubro de 2007, em versão impressa e em suporte informático, para divulgação no *site* do PSD.

2. As Propostas Temáticas podem ser subscritas pelas Comissões Políticas Nacionais do PSD, da JSD e dos ASD, pelas Comissões Políticas Regionais, pelas Assembleias Distritais, pelo Secretariado Nacional dos TSD, por cinco Secções da Emigração, por mil e quinhentos militantes no pleno exercício dos seus direitos ou por 25 delegados ao Congresso. Os textos das Propostas Temáticas devem ser acompanhados pelas assinaturas originais dos seus subscritores.

3. Cada Assembleia Distrital só pode apresentar uma Proposta Temática que será a mais votada.

4. As Propostas Temáticas admitidas serão publicadas na edição do “Povo Livre” de 10 de Outubro de 2007.

5. Durante os trabalhos do Congresso podem ser admitidas propostas que visem a conciliação de outras anteriormente admitidas, desde que o 1º subscritor de cada uma destas a retire e subscreva aquelas.

6. Ao 1º subscritor de cada Proposta Temática, a quem incumbe representar os restantes, é permitida a aceitação de sugestões visando modificar a sua redacção.

7. Caso existam várias Propostas Temáticas versando o mesmo tema será aprovada aquela que recolher maior número de votos favoráveis.

Artigo 13º
(Eleição da Comissão Política Nacional)

Só pode apresentar lista para a Comissão Política Nacional, o Presidente da Comissão Política eleito.

Artigo 14º
(Eleição dos Restantes Órgãos Nacionais)

As listas para a Mesa do Congresso, Conselho Nacional e Conselho de Jurisdição Nacional, são entregues na Mesa do Congresso até às 24h00 de Sábado, dia 13 de Outubro de 2007, devendo ser subscritas por 25 delegados e acompanhadas de declaração de aceitação dos candidatos.

Artigo 15º
(Comunicação Social)

Podem assistir aos trabalhos do Congresso representantes dos Órgãos de Comunicação Social devidamente credenciados pelos Serviços Centrais.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 16º
(Voto Antecipado)

1. Os Membros do Conselho de Jurisdição Nacional e o Secretário-Geral do PSD podem votar antecipadamente na eleição do Presidente da CPN e dos Delegados ao XXX Congresso do PSD.

2. O voto antecipado será entregue, dobrado e em envelope cerrado, até ao início da votação, ao Presidente da Mesa de Voto ou seu substituto legal, na Secção onde o militante está inscrito.

3. O Presidente da Mesa informará os restantes Membros dos votos antecipados que lhe tenham sido entregues, devendo estes, no início da votação, ser depositados na urna respectiva na presença dos Membros da Mesa.

4. Em todo o processo deverá respeitar-se a natureza secreta do escrutínio.

Artigo 17º
(Normas Subsidiárias)

Os casos omissis são integrados por aplicação do Regulamento Eleitoral, dos Estatutos ou Lei Geral em vigor.

Rateio do XXX Congresso Nacional

Abrantes	2	Castro Verde	1	Moimenta da Beira	2
Águeda	3	Celorico da Beira	1	Moita	2
Aguiar da Beira	1	Celorico de Basto	2	Monção	2
Alandroal	1	Chamusca	1	Monchique	1
Albergaria-a-Velha	2	Chaves	3	Mondim de Basto	2
Albufeira	2	Cinfães	2	Monforte	1
Alcácer do Sal	1	Coimbra	8	Montalegre	1
Alcanena	1	Condeixa-a-Nova	2	Montemor-o-Novo	1
Alcobaça	3	Constância	0	Montemor-o-Velho	2
Alcochete	1	Coruche	1	Montijo	2
Alcoutim	1	Covilhã	2	Mora	1
Alenquer	2	Crato	1	Mortágua	1
Alfândega da Fé	1	Cuba	0	Moscavide	2
Algés	6	Elvas	1	Moura	1
Algueirão Mem-Martins	2	Entroncamento	2	Mourão	1
Alijó	2	Espinho	2	Murça	1
Aljezur	1	Esposende	3	Murtosa	2
Aljustrel	0	Estarreja	2	Nazaré	1
Almada	4	Estremoz	1	Nelas	2
Almeida	1	Évora	2	Nisa	1
Almeirim	2	Fafe	3	Óbidos	3
Almodôvar	2	Faro	5	Odemira	1
Alpiarça	1	Felgueiras	4	Odivelas	4
Alter do Chão	1	Ferreira do Alentejo	1	Oeiras	5
Alvaiázere	1	Ferreira do Zêzere	1	Oleiros	1
Alvito	1	Figueira Castelo Rodrigo	2	Olhão	3
Amadora	4	Figueira da Foz	7	Oliveira de Azeméis	3
Amarante	2	Figueiró dos Vinhos	2	Oliveira de Frades	1
Amares	2	Fornos de Algodres	1	Oliveira do Bairro	2
Anadia	3	Freixo de Espada à Cinta	1	Oliveira do Hospital	3
Ansião	3	Fronteira	1	Ourém	4
Arcos de Valdevez	2	Fundão	2	Ourique	2
Arganil	2	Gavião	0	Ovar	2
Armamar	1	Góis	1	Paços de Ferreira	4
Arouca	2	Golegã	1	Palmela	1
Arraiolos	1	Gondomar	9	Pampilhosa da Serra	1
Arronches	1	Gouveia	2	Paredes	5
Arruda dos Vinhos	2	Grândola	1	Paredes de Coura	1
Aveiro	4	Guarda	3	Pedrógão Grande	2
Avis	1	Guimarães	6	Penacova	2
Azambuja	2	Ídanha-a-Nova	1	Penafiel	5
Baião	2	Ílhavo	3	Penalva do Castelo	1
Barcelos	9	Lagoa	2	Penamacor	0
Barrancos	0	Lagos	2	Penedono	0
Barreiro	3	Lamego	3	Penela	1
Batalha	2	Leiria	5	Peniche	2
Beja	2	Loulé	4	Pêro Pinheiro	1
Belmonte	1	Loures	3	Peso da Régua	2
Benavente	1	Lourinhã	1	Pinhel	1
Bombarral	2	Lousã	2	Pombal	3
Borba	1	Lousada	6	Ponte da Barca	1
Boticas	2	Mação	1	Ponte de Lima	2
Braga	5	Macedo de Cavaleiros	2	Ponte de Sor	2
Bragança	3	Mafra	4	Portalegre	2
Cabeceiras de Basto	2	Maia	6	Portel	1
Cacém	3	Mangualde	2	Portimão	2
Cadaval	2	Manteigas	1	Porto	10
Caldas da Rainha	5	Marco de Canaveses	3	Porto de Mós	1
Caminha	1	Marinha Grande	1	Póvoa de Lanhoso	2
Campo Maior	1	Marvão	1	Póvoa de Varzim	4
Cantanhede	2	Matosinhos	5	Proença-a-Nova	2
Carrazeda de Ansiães	1	Mealhada	2	Queluz	2
Carregal do Sal	2	Meda	2	Redondo	1
Cartaxo	2	Melgaço	1	Reguengos de Monsaraz	1
Cascais	6	Mértola	0	Resende	2
Castanheira de Pêra	1	Mesão Frio	1	Ribeira de Pena	1
Castelo Branco	3	Mira	2	Rio de Mouro	2
Castelo de Paiva	2	Miranda do Corvo	2	Rio Maior	2
Castelo de Vide	0	Miranda do Douro	1	Sabrosa	1
Castro Daire	2	Mirandela	3	Sabugal	1
Castro Marim	1	Mogadouro	2	Salvaterra de Magos	1

Santa Comba Dão	2	Sousel	1	Vila Nova de Gaia	15
Santa Marta de Penaguião	2	Tábua	1	Vila Nova de Paiva	1
Santarém	3	Tabuaço	2	Vila Nova de Poiares	2
Santiago do Cacém	2	Tarouca	1	Vila Pouca de Aguiar	2
Santo Tirso	4	Tavira	2	Vila Real	3
São Brás de Alportel	1	Terras de Bouro	1	Vila Real Santo António	1
São João da Madeira	2	Tomar	2	Vila Velha de Ródão	0
São João da Pesqueira	1	Tondela	3	Vila Verde	8
São Pedro do Sul	2	Torre de Moncorvo	2	Vila Viçosa	2
Sardoal	1	Torres Novas	2	Vimioso	1
Sátão	1	Torres Vedras	3	Vinhais	2
Secção A	6	Trancoso	1	Viseu	5
Secção B	5	Trofa	14	Vizela	2
Secção D	4	Vagos	3	Vouzela	2
Secção E	4	Vale de Cambra	2		
Secção F	3	Valença	2		
Secção G	3	Valongo	5		
Secção H	4	Valpaços	3	Total Continente	667
Secção I	2	Vendas Novas	2		
Secção Oriental	4	Viana do Alentejo	1		
Seia	2	Viana do Castelo	6		
Seixal	3	Vidigueira	0	Madeira	35
Sernancelhe	2	Vieira do Minho	2	Açores	30
Serpa	1	Vila da Feira	6	Europa	9
Sertão	2	Vila de Rei	2	Fora da Europa	9
Sesimbra	2	Vila do Bispo	1	JSD	70
Setúbal	3	Vila do Conde	4	TSD	70
Sever do Vouga	2	Vila Flor	1	ASD	70
Silves	1	Vila Franca de Xira	5		
Sines	2	Vila Nova da Barquinha	1		
Sintra	3	Vila Nova de Cerveira	1		
Sobral de Monte Agraço	1	Vila Nova de Famalicão	8	Total	960
Soure	2	Vila Nova de Foz Côa	1		

ELEIÇÕES DIRECTAS E XXX CONGRESSO

CRONOGRAMA

1	Marcação do Congresso pelo Conselho Nacional	21 de Julho	Sábado
2	Envio às Secções do Rateio, Regulamento e Cronograma	24 de Julho	3ª Feira
3	Publicação do Rateio de Delegados e Regulamento no Povo Livre e Internet	25 de Julho	4ª Feira
4	Data limite para pagamento de quotas para inclusão nos Cadernos Eleitorais	18 de Setembro até às 18h00	3ª Feira
5	Entrega das Convocatórias Eleitorais no Povo Livre	14 de Setembro até às 18h00	6ª Feira
6	Data limite para os Presidentes das Mesas de Assembleia de Secção, onde funcionar mais que uma mesa de voto, comunicarem ao CJN o número de mesas de voto.	14 de Setembro até às 18h00	6ª Feira
7	Publicação das Convocatórias Eleitorais no Povo Livre e Internet	19 de Setembro	4ª Feira
8	Envio dos Cadernos Eleitorais	20 de Setembro	5ª Feira
9	Entrega das Candidaturas a Presidente da CPN e Propostas de Estratégia Global à Mesa do Congresso - Publicação do site	21 de Setembro até às 18h00	6ª Feira
10	Data limite para cada candidatura a Presidente da CPN, indicar ao CJN os seus representantes e suplentes em cada mesa de voto	24 de Setembro 18h00	2ª Feira
11	Entrega das Candidaturas a Delegados ao Congresso	27 de Setembro até às 24h00	5ª Feira
12	Eleição do Presidente do PSD e dos Delegados ao XXX Congresso	28 de Setembro	6ª Feira
13	Publicação dos resultados da Eleição do Presidente da CPN no Povo Livre	29 de Setembro	sábado
14	Entrega das inscrições de Delegados, Participantes e Observadores	3 de Outubro até às 18h00	4ª Feira
15	Data limite para as Secções das Comunidades Portuguesas no Estrangeiro enviarem ao CJN a documentação respeitante à Eleição do Presidente do PSD	3 de Outubro até às 18h00	4ª Feira
16	Publicação das Listas provisórias de Delegados e Participantes na Internet	a partir de 3 de Outubro	4ª Feira
17	Entrega das Propostas Temáticas	8 de Outubro até às 18h00	2ª Feira
18	Prazo limite para substituição de Delegados	9 de Outubro	3ª Feira
19	Publicação dos resultados da eleição do Presidente da CPN e da Proposta de Estratégia Global, da Lista de Delegados e das Propostas Temáticas no Povo Livre e Internet	10 de Outubro	4ª Feira
20	XXX Congresso Nacional do PSD	12, 13 e 14 de Outubro de 2007	6ª, sábado e domingo



SERTÃ (CPD CASTELO BRANCO)

Ao abrigo do artigo 51º dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Sertã, para reunir no dia 28 de Setembro de 2007 (sexta-feira), pelas 18h00, na sede concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota: A eleição decorrerá entre as 18h00 e as 23h00.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital ou a quem o substitua, na Sede Concelhia da Sertã, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral, encontrando-se a Sede aberta para o efeito naquele dia 25 de Setembro de 2007, das 21h00 às 24h00.

DISTRITAL DE CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se todos os militantes do Distrito de Castelo Branco, dotados de capacidade eleitoral, conforme a respectiva Secção de inscrição em que militem: Belmonte, Castelo Branco, Covilhã, Fundão, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão, para reunirem no dia 28 de Setembro de 2007 (sexta-feira), a partir das 18h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia Distrital;
2. Eleição da Comissão Política Distrital;
3. Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital;
4. Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital.

Nota:

As urnas estarão abertas, em cada Secção das 18h00 às 23h00.

OS locais de votação são:

Os militantes de Belmonte votam na Junta de Freguesia de Belmonte;

Os militantes de Castelo Branco votam na Sede, Rua do Pina, 6, em Castelo Branco

Os militantes da Covilhã votam na sede, Rua Visconde da Coriscada, 26, na Covilhã

Os militantes do Fundão votam na sede, Rua Conde de Idanha -a-Nova, 2 no Fundão

Os militantes de Idanha-a-Nova, votam na sede, Av Mouzinho de Albuquerque, em Idanha-a-Nova.

Os militantes de Oleiros votam na Casa Peixoto;

Os militantes de Proença-a-Nova votam na sede, Rua do Vale, em Proença-a-Nova.

Os militantes de Penamacor e Vila Velha de Ródão, votam na Secção de Castelo Branco, os militantes das restantes Secções votam nas respectivas Sedes Concelhias.

OS militantes da Sertã, votam na sede, Rua Dr Ângelo Henriques Vidigal, 4 - 2º, na Sertã.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem o substituir, na Sede Distrital até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a Sede aberta para o efeito, naquele dia, 25 de Setembro de 2007, das 21h00 às 24h00.

As listas de candidatura dos Delegados de Secção deverão ser entregues aos Presidentes das Assembleias de Secção ou a quem os substituir, nos mesmos prazos, devendo as sedes estar abertas, nos mesmos termos e para os mesmos efeitos. As restantes secções entregam as candidaturas nos locais de votação.

Todas as Secções deverão providenciar quatro urnas para a realização do acto eleitoral.

MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Matosinhos a reunir ordinariamente no próximo dia 21 de Setembro de 2007, às 21h00, na Junta de Freguesia da Senhora da Hora, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único – Análise da situação política.

MOURA

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os militantes, para reunir em sessão ordinária da Assembleia de Secção de Moura, no dia 28 de Setembro de 2007, na Sede da Junta de Freguesia de João Batista, sita na Praça Sacadura Cabra, em Moura, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos Órgãos da Secção: Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

(em terceira convocatória devido a não terem sido apresentadas listas).

Notas:

As urnas estarão abertas das 18h00 às 23h00.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

Não existindo sede, deverão as listas ser entregues na Rua Santana e Costa, nº 48, em Moura;

As candidaturas deverão obedecer ao disposto no artigo 4º, do Regulamento Eleitoral do PSD.



ARRUDA DOS VINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e nos termos do Regulamento Eleitoral para os órgãos Distritais e Locais da JSD, convocam-se todos os militantes da Secção para o plenário a realizar no dia 24 de Agosto de 2007, pelas 22h00, na Sede da secção da JSD de Arruda dos Vinhos, sita em Casa do Campo, Alcambar, Ferro de Engomar, 2630 – Arruda dos Vinhos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Secção da JSD de Arruda dos Vinhos.

Nota: As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior, ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem ao abrigo dos Estatutos o possa substituir, na Sede da JSD de Arruda dos Vinhos. As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos e listas de subscritores.

As urnas estarão abertas das 22h00 às 23h30, do dia 24 de Agosto de 2007.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital

(Ricardo Machado)

ESTREMOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de militantes da Secção da JSD de Estremoz, para reunir no dia 1 de Setembro de 2007, entre as 16h00 e as 18horas, na Sede Concelhia da JSD/PSD em Estremoz, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas candidatas aos Órgãos deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou a quem o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Évora

(Luís Tirapicos Nunes)

SERTÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da Sertã, para o próximo dia 7 de Setembro de 2007, pelas 19 horas, na Sede Concelhia da Sertã, sita na Rua Dr. Ângelo Henriques Vidigal, n.º 4, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um: Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 19h00 às 20 horas.

A Presidente da Mesa do Plenário (Paula Cristina Oliveira Duarte)

MONTEMOR – O – NOVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de militantes da Secção da JSD de Montemor-o-Novo, para reunir no dia 1 de Setembro de 2007, entre as 16h00 e as 18 horas, na Sede Concelhia da JSD/PSD em Montemor-o-Novo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas candidatas aos Órgãos deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou a quem o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa (Gonçalo Neno)

NÚCLEO DAS TAIPAS (GUIMARÃES)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e nos termos do regulamento eleitoral para os órgãos locais da JSD, convoca-se o acto eleitoral para eleição da Comissão Política e respectiva Mesa do Núcleo da JSD Taipas, para o dia 26 de Agosto de 2007, entre as 16h00 e as 18horas, na Sede do respectivo Núcleo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa da Assembleia e Comissão Política do Núcleo da JSD Taipas da Secção de Guimarães.

Nota:

As listas deve ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem ao abrigo dos



Estatutos o possa substituir, na Sede do PSD de Guimarães.

As listas devem ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação e subscritores.

As urnas estarão abertas das 16h00 às 18 horas.

O Presidente da Mesa do Plenário
(Rui Armando Freitas)

BRAGA

Ao dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção, para o dia 14 de Setembro de 2007, a realizar nas instalações da Sede da Junta de Freguesia de S. Vítor, sita na Rua de São Vítor, n.º 11, às 21h30 com a seguinte ordem de trabalhos:

- Informações;
- Análise da Situação Política local;
- Análise da Situação Política Nacional;

O Presidente da Mesa de Plenário da Secção de Braga

(Rui Manuel Rebelo da Silva Pereira)

CONSELHO DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se uma reunião/Conselho Distrital da JSD Aveiro, para reunir no próximo dia

14 de Setembro de 2007, pelas 21 horas, na Sede do PSD de Vagos, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição do membro para o Conselho de Jurisdição de 1.ª Instância;
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – Outros.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital ou a quem o substitua estatutariamente, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Aveiro
(Amadeu Albergaria)

CONSELHO DISTRITAL DE CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital de Castelo Branco, para uma sessão extraordinária, a realizar no dia 14 de Setembro de 2007, pelas 21 horas, na Sede do PSD da Covilhã, sita na Rua Visconde da Coriscada, n.º 26, com a seguinte ordem de trabalhos:

Eleição do representante do Distrito de Castelo Branco no Conselho de Jurisdição de 1.ª Instância.

Nota:

As listas são compostas por um candidato efectivo e dois suplentes, cumprindo-se no restante o Regulamento Eleitoral da JSD.

A Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Castelo Branco

(Elsa Marmelo)

CONSELHO DISTRITAL DE FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e regulamentos aplicáveis, convoco o Conselho Distrital da JSD/Algarve, para reunir no próximo dia 14 de Setembro de 2007 (6.ªfeira), pelas 21h30, na Sede do PSD/Loulé, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, na Cidade de Loulé, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição do membro da JSD/Algarve para o Conselho de Jurisdição de 1.ª Instância;
- 2 – Informações diversas;
- 3 – Análise da Situação Política;
- 4 – Outros assuntos;

Nota:

a) As listas concorrentes deverão ser constituídas por um candidato efectivo e dois suplentes;

b) As listas concorrentes deverão ser entregues conforme os estatutos da JSD, até às 24 horas do terceiro

dia anterior ao acto eleitoral;

c) O acto eleitoral decorrerá entre as 21h30 e as 23 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(Bruno de Azevedo Lage)